



# **Importações e Incentivos Fiscais**

## ***Desconstruindo Mitos***



Estudo preparado para Associação Brasileira das  
Empresas de Comércio Exterior - ABECE

São Paulo, Abril de 2011

## Agenda

### 1. Introdução

### 2. Importações e Desenvolvimento

- Importância das Importações para o Desenvolvimento

### 3. Incentivos e Desenvolvimento Regional

- Modelo Federativo: “Guerra” Fiscal x Centralização?
- Incentivos Fiscais nas Importações

### 4. Conclusões

Referências Bibliográficas

Apêndice: Base de Dados (em volume separado)

- **Objetivo do Estudo**
  - **Demonstrar que**
    - A elevação das importações não é um mal em si
    - Eliminar incentivos de ICMS não deve ser prioridade de Reforma Fiscal ou Tributária
    - Mecanismo de incentivos de ICMS não é deletério para o País nem para a saúde fiscal dos Estados
    - Competição fiscal entre Estados promove descentralização econômica e redução de desigualdades regionais
    - Incentivos não são responsáveis pela deterioração do saldo comercial
- **Breve Histórico**
  - Arcabouço federativo superado
  - Governo federal ausente da Política de Desenvolvimento Regional
  - Fortes desigualdades regionais persistem
- **Análise da Literatura**
  - Convergência recente ao consenso: equilíbrio entre extremos
- **Abordagem Metodológica**
  - Iluminar o debate desconstruindo mitos

- **Desenvolvimento Regional**
  - No passado, uma Atribuição do Governo Federal
  - Desconcentração Espacial e Redução de Desigualdades Regionais são Prioridades em Todos os Planos Nacionais de Desenvolvimento
  - Governo Federal sai gradualmente de cena a partir da Crise Fiscal de '80
  - Governo Federal ausente: Estados “assumem” Política Regional
- **Sistema Tributário**
  - Essência: Reforma de 1967
  - Arcabouço Federativo Autoritário: Grande Centralização (Lei Complementar 24/1975; CONFAZ, Decisões por Unanimidade)
  - Constituição de 1988: Reforça Autonomia de Estados/Municípios
  - Fracassos na Reforma Tributária
  - Novos rumos: Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Compl. 101/2001)

- ◆ **Antes: batalha campal entre dois modelos extremos**
  - Competição Fiscal (“Guerra” Fiscal) x Centralização Total
  - Competição Fiscal: mais eficiência (Tiebout, 1956): favorece contribuinte
  - Centralização Total (nosso modelo em vigor): Controle
  
- **Tendência recente: convergência para uma posição mais equilibrada entre Competição e Centralização**
  - Importante, desde advento da União Européia
  - Requer Código de Conduta (no nosso caso, já existe: é a LRF)
  - Inclui autores brasileiros (ver artigo Everardo Maciel, O Estado, 04.04.11)

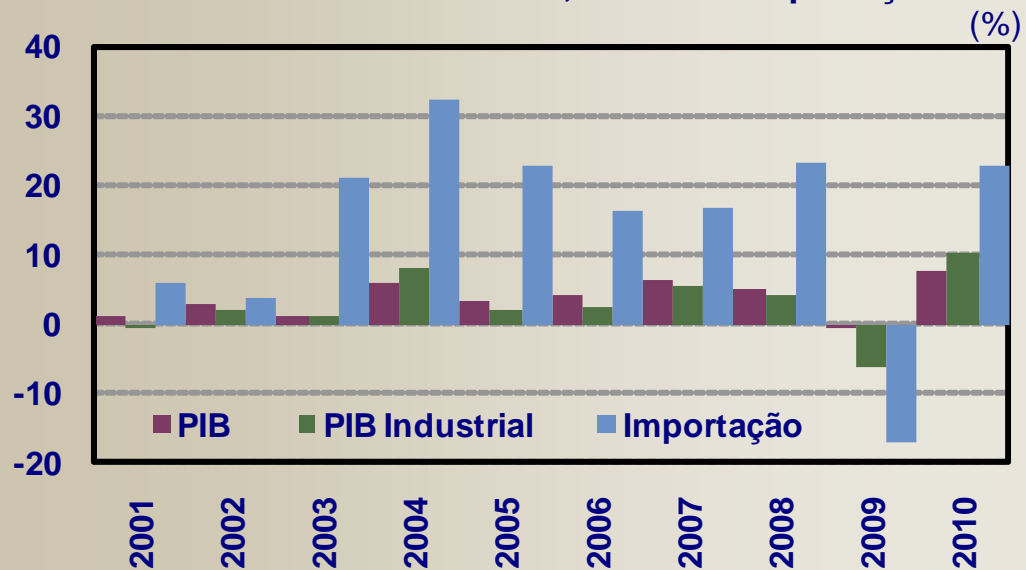
## Mito 1

- Crescimento das importações é um mal que precisa ser combatido, pois prejudica a produção nacional; quanto menos importação melhor (herança do longo período de substituição de importações e forte restrição de divisas)

## Análise

- 86% da nossa pauta de importações (em 2010) é constituída de bens intermediários (insumos industriais e combustíveis) e de bens de capital, necessários a dinamização, expansão e modernização da produção nacional (v. gráfico)
- Assim, parte significativa da importação é complementar, e não substituta, à produção nacional; importação, portanto, não rouba empregos no País
- Crescimento recente da importação reflete em boa medida o ritmo de atividade econômica interna e o crescimento dos investimentos; reflete também a continuada valorização da nossa moeda
- Protecionismo é um retrocesso que obstaculiza o progresso do país que o utiliza
- Nenhum país deve ser auto-suficiente em tudo; comércio é via de duas mãos, o ideal é aumentar a corrente de comércio (exportações + importações)

Taxas de Crescimento do PIB, PIB Ind. E Importações



Fonte: IBGE e MDIC

Ultimo dado: 2010

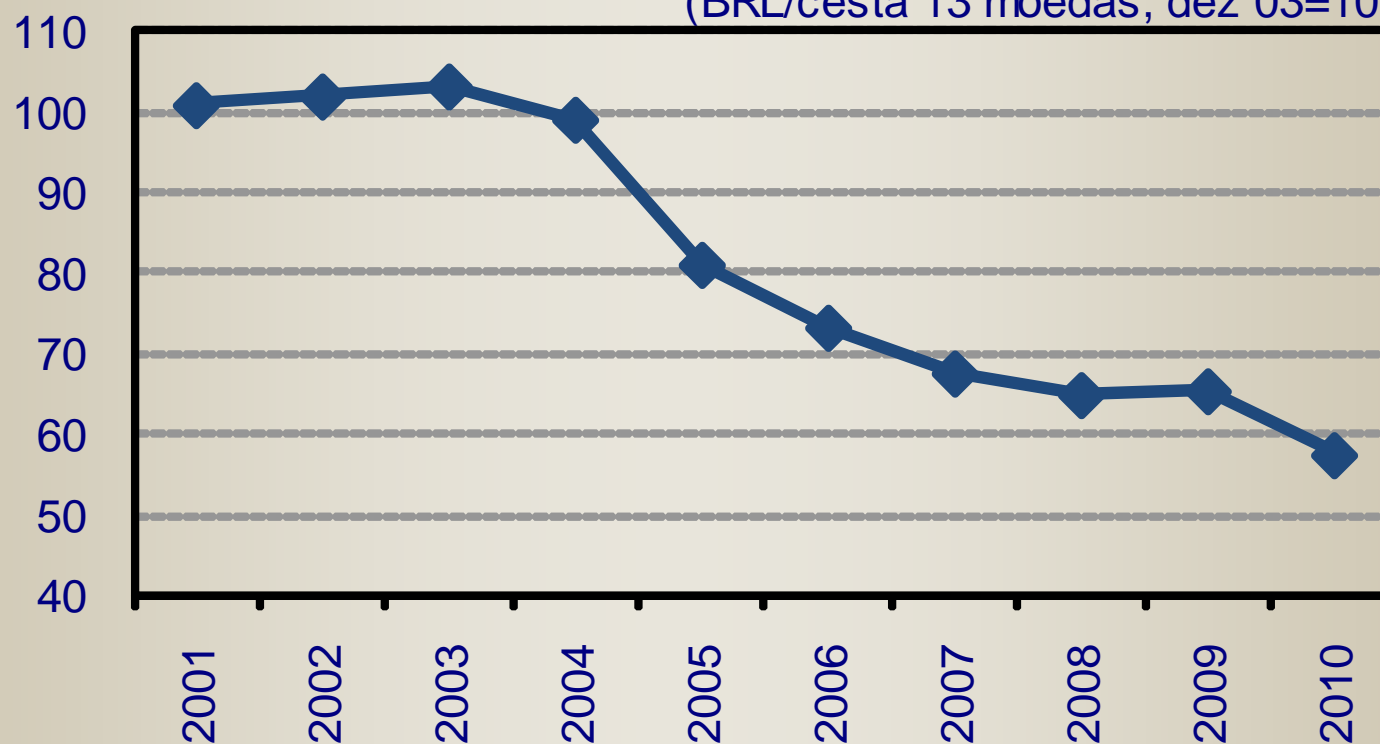
Taxa de crescimento interanual (%)

	PIB	PIB Industrial	Importações
2001	1,3	-0,6	5,7
2002	2,7	2,1	3,7
2003	1,1	1,3	21,1
2004	5,7	7,9	32,1
2005	3,2	2,1	22,6
2006	4,0	2,2	16,3
2007	6,1	5,3	16,6
2008	5,2	4,1	23,2
2009	-0,6	-6,4	-17,0
2010	7,5	10,1	22,9

Fonte: IBGE e MDIC

### Taxa de Câmbio Real Efetiva

(BRL/cesta 13 moedas, dez 03=100)



Fonte: Funcex



## Mito 2

- ✦ O recente aumento das importações é o principal culpado pela **deterioração do saldo comercial** e, portanto, das transações correntes do nosso Balanço de Pagamentos

## Análise

- ✦ O crescimento das importações é **perfeitamente explicado** pela evolução do PIB e do câmbio real efetivo (ver equação estimada, adiante)
- ✦ A deterioração recente do saldo comercial é função da queda expressiva no ritmo de crescimento das exportações, por conta da gradativa **perda de competitividade** brasileira (ver gráfico)
- ✦ O quadro só não é pior porque os preços das commodities experimentaram altas significativas; de fato, o saldo comercial em 2010, de US\$ 20,3 bilhões, teria sido **deficitário** em US\$ 9 bilhões, se os preços das commodities mantivessem os preços de dez/2009 (ver gráficos)

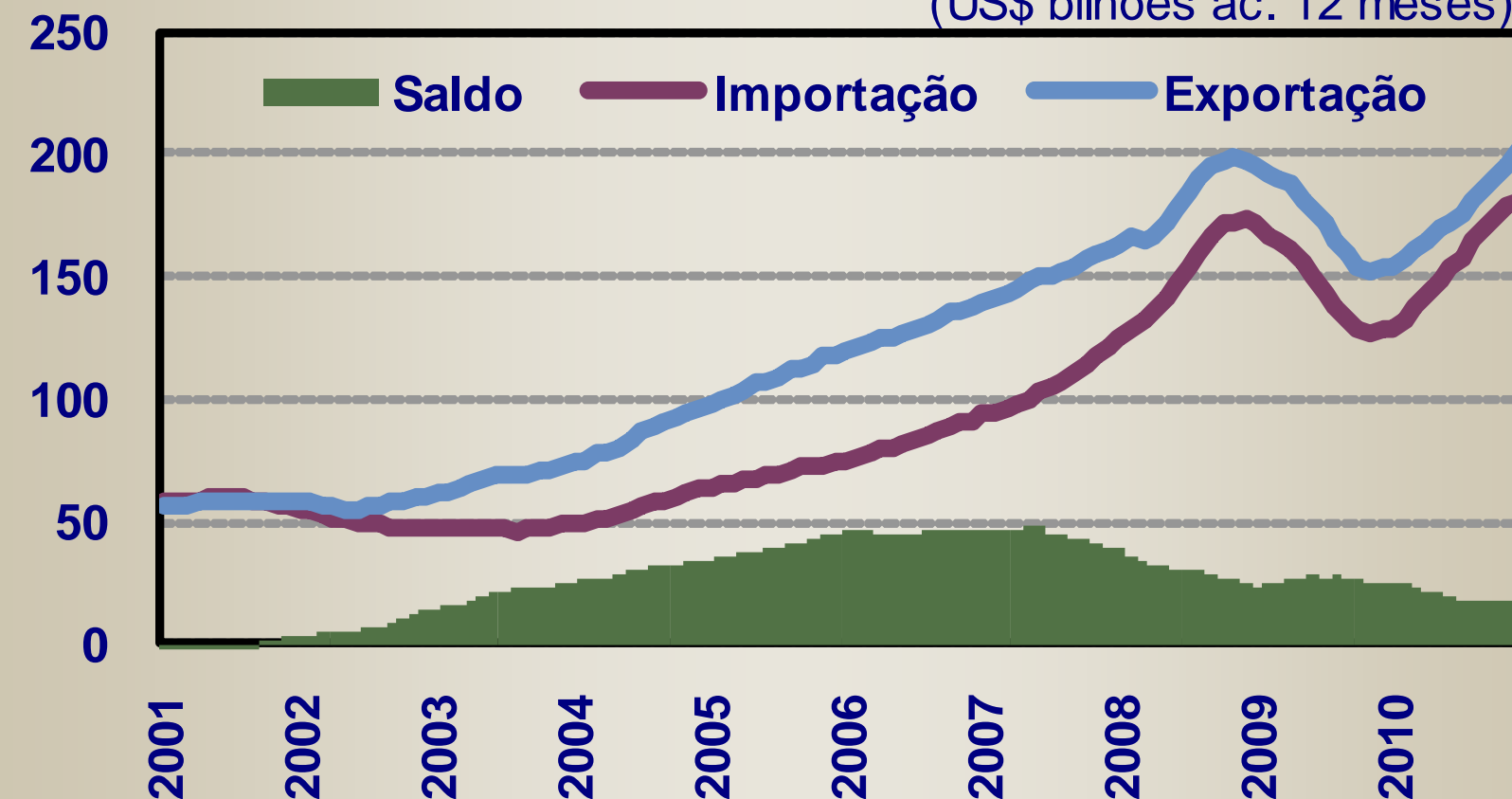
### Balança Comercial (US\$ bilhões)

	Exportação	Importação	Saldo
2001	58,29	55,60	2,68
2002	60,36	47,24	13,12
2003	73,08	48,33	24,76
2004	96,48	62,84	33,64
2005	118,53	73,60	44,93
2006	137,81	91,35	46,46
2007	160,65	120,62	40,03
2008	197,94	172,98	24,96
2009	152,99	127,72	25,28
2010	201,92	181,65	20,27

Fonte: MDIC

## Importação, Exportação e Saldo Comercial

(US\$ bilhões ac. 12 meses)

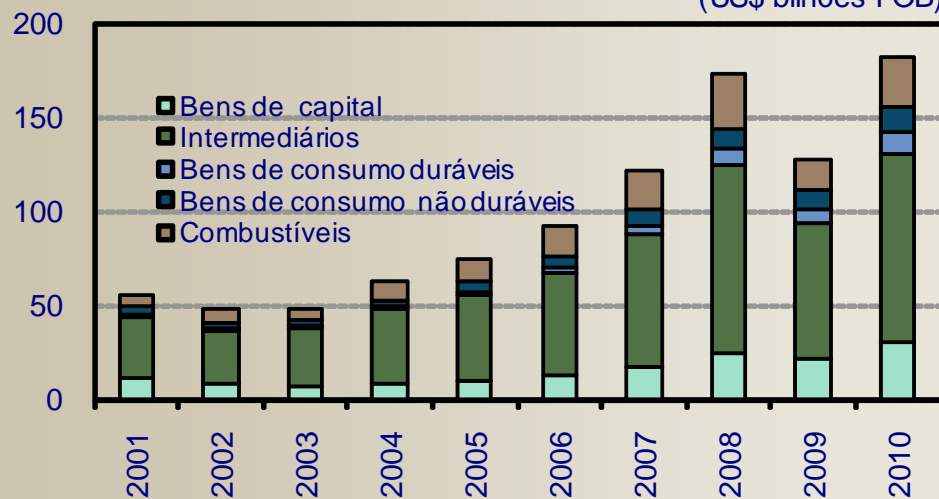


Fonte: MDIC

Ultimo dado: dez/10

### Evolução das Importações Brasileiras

(US\$ bilhões FOB)

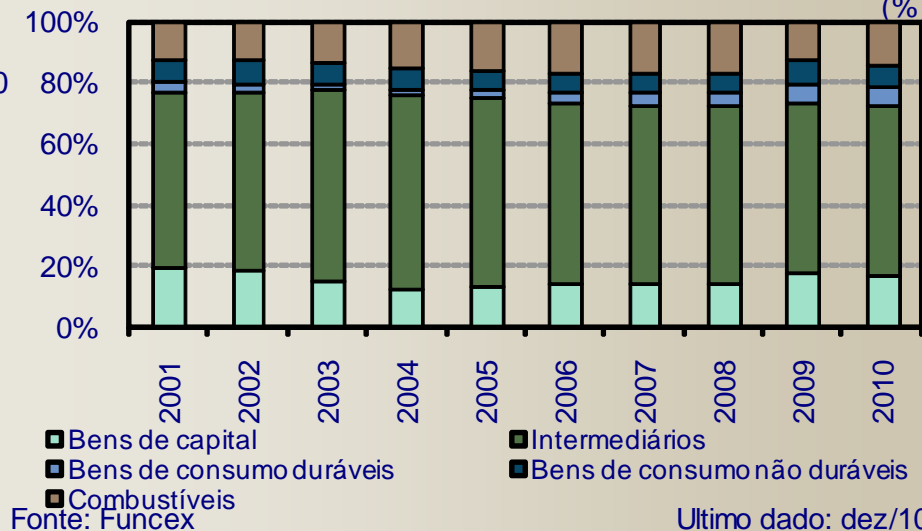


Fonte: Funcex

Ultimo dado: dez/10

### Evolução das Importações Brasileiras

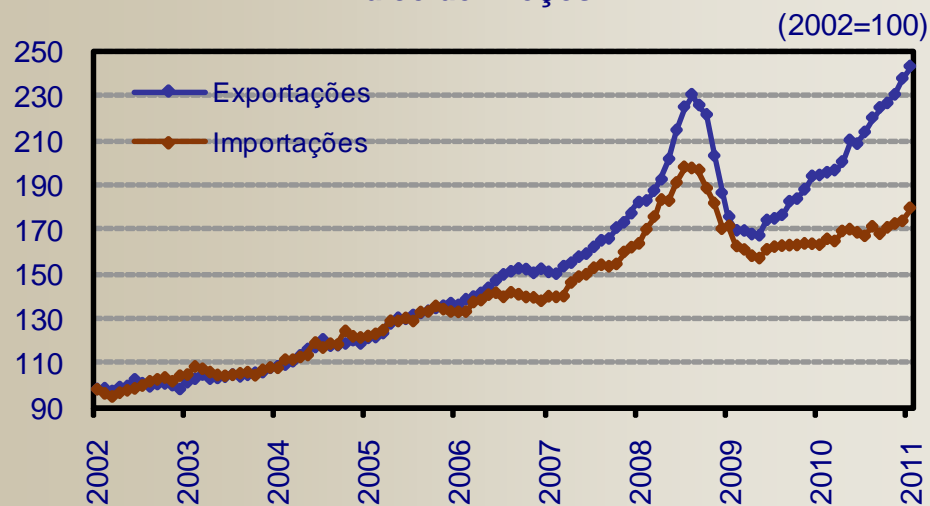
(%)



Fonte: Funcex

Ultimo dado: dez/10

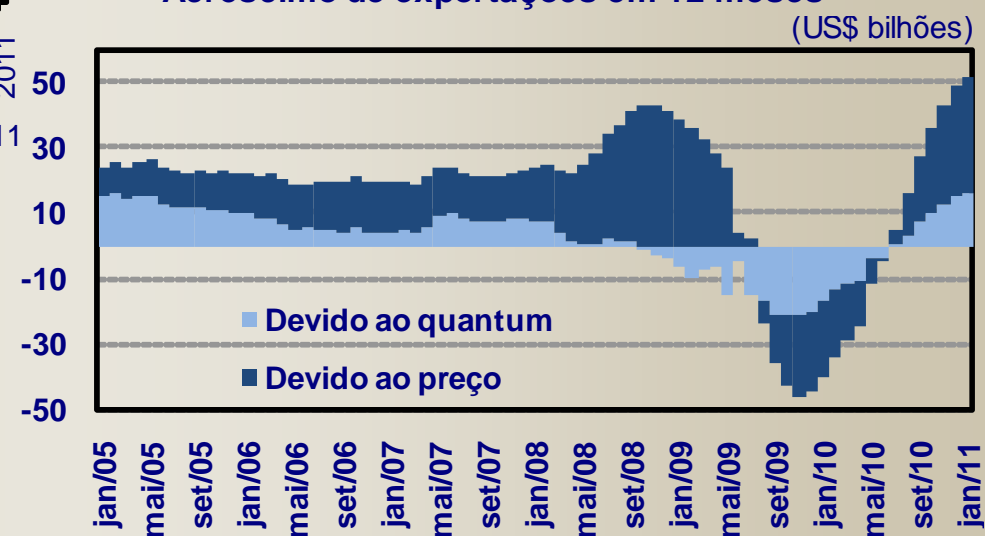
Índice de Preços



Fonte: Funcex

Ultimo dado: jan/11

Acréscimo de exportações em 12 meses



Fonte: Funcex, Secex/MDIC Elaboração: R&A

Ultimo dado: jan/11

**Índice de Preço das Exportações e Importações**

1996=100	Exportações	Importações
2001	105	103
2002	100	100
2003	105	106
2004	116	117
2005	130	130
2006	146	139
2007	162	150
2008	204	183
2009	177	162
2010	213	169

Fonte: Funcex

**Acréscimo das Exportações (US\$ bilhões)**

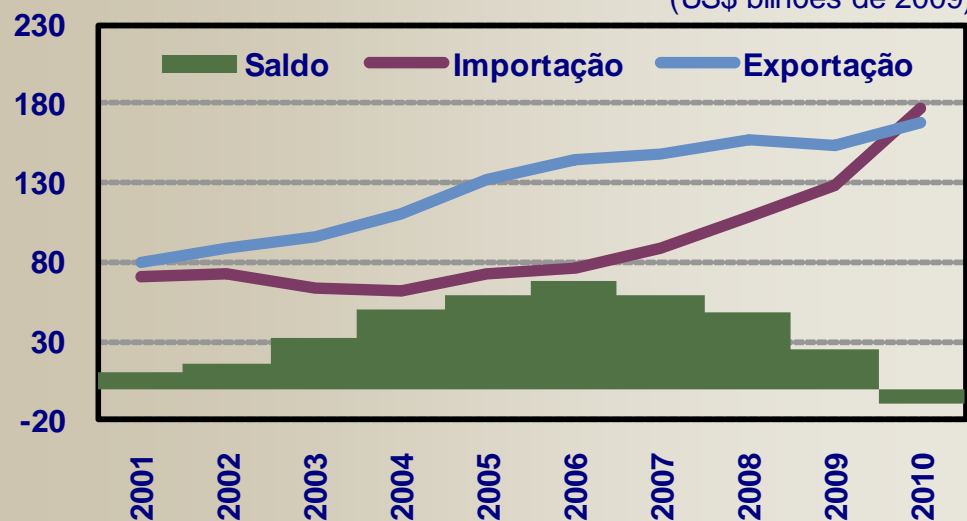
	Devido ao Preço	Devido ao Quantum
2004	8,50	14,89
2005	12,43	9,62
2006	15,21	4,07
2007	15,00	7,84
2008	41,15	-3,86
2009	-24,94	-20,01
2010	33,44	15,48

Fonte: Funcex Elaboração: R&A

Se os preços tivessem ficado iguais aos de fim de 2009, hoje teríamos déficit comercial

Importação, Exportação e Saldo a preços constantes

(US\$ bilhões de 2009)



Fonte: Funcex Elaboração: R&A

Ultimo dado: dez/10

Balança Comercial a preços constantes (US\$ bilhões de 2009)

	Exportações	Importações	Saldo
2001	80,24	70,58	9,66
2002	87,89	72,65	15,24
2003	95,47	63,79	31,68
2004	110,48	61,48	49,00
2005	131,57	72,70	58,87
2006	143,89	76,59	67,30
2007	148,70	88,95	59,75
2008	156,87	108,52	48,34
2009	152,99	127,72	25,28
2010	167,45	176,49	-9,04

Fonte: MDIC Elaboração: R&A

### Exportação por Intensidade Tecnológica (US\$ bilhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	58.223	60.362	73.084	96.475	118.308	137.470	160.649	197.942	152.995	201.915
Indústria de alta tecnologia	6.982	5.935	5.135	6.610	8.757	9.364	10.241	11.507	9.048	9.316
Indústria de média-alta tecnologia	12.317	12.935	16.694	22.295	28.912	32.403	36.519	40.123	27.206	36.299
Indústria de média-baixa tecnologia	9.985	10.650	13.394	18.847	22.741	27.252	31.599	38.870	24.715	29.417
Indústria de baixa tecnologia	18.464	19.132	23.281	29.384	33.606	38.300	43.549	51.389	43.639	53.318
Produtos não industriais	10.474	11.709	14.580	19.339	24.292	30.150	38.741	56.053	48.387	73.565

Fonte: MDIC

### Importação por Intensidade Tecnológica (US\$ bilhões)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	55.602	47.243	48.326	62.836	73.600	91.349	120.621	173.196	127.722	181.649
Indústria de alta tecnologia	13.824	10.460	10.431	14.158	17.134	21.203	25.284	33.439	27.479	35.813
Indústria de média-alta tecnologia	23.036	19.870	19.987	24.743	28.418	33.311	46.645	69.292	53.710	75.282
Indústria de média-baixa tecnologia	8.260	6.671	6.800	8.665	10.484	14.339	19.649	29.221	18.571	34.129
Indústria de baixa tecnologia	4.099	3.651	3.319	4.060	4.744	6.216	8.372	11.232	10.216	13.878
Produtos não industriais	6.383	6.590	7.789	11.210	12.819	16.281	20.671	30.012	17.746	22.546

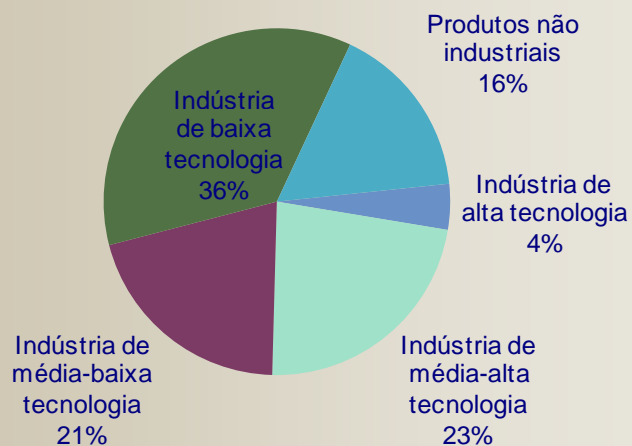
Fonte: MDIC



*Tendência é para produtos não industriais e de tecnologia mais baixa*

**Exportação por Intensidade Tecnológica (1996)**

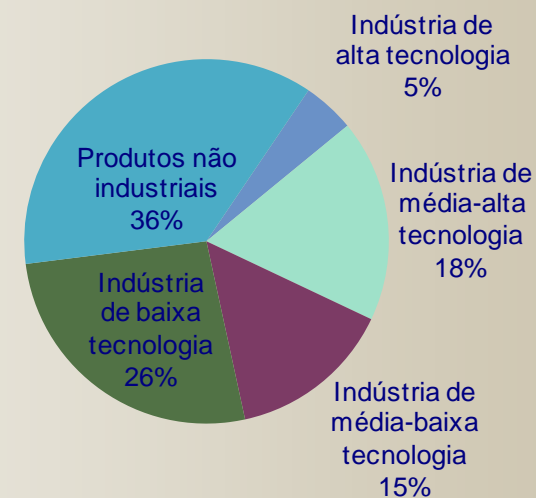
(%)



Fonte: MDIC

**Exportação por Intensidade Tecnológica (2010)**

(%)

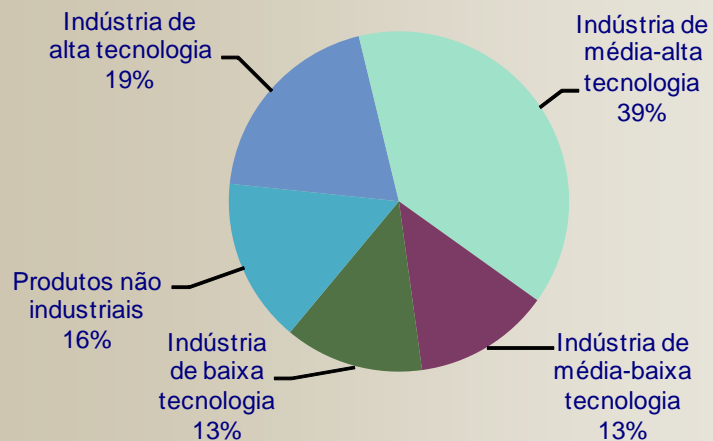


Fonte: MDIC

*Tendência é para produtos de tecnologia mais alta*

**Importação por Intensidade Tecnológica (1996)**

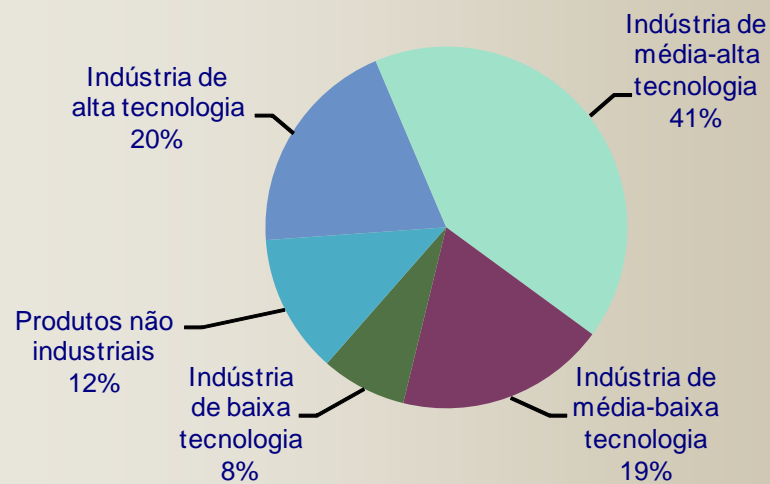
(%)



Fonte: MDIC

**Importação por Intensidade Tecnológica (2010)**

(%)



Fonte: MDIC

## Mito 3

- ✦ O Brasil importa bens supérfluos em detrimento da produção nacional e das nossas contas externas

## Análise

- ✦ Nada menos de 86% da pauta de importações brasileiras é constituída de bens intermediários (insumos para produção), bens de capital (para investimento) e combustíveis
- ✦ Portanto, as importações constituem, em sua grande maioria, o motor que impulsiona a dinâmica da atividade econômica e a expansão da capacidade produtiva do País

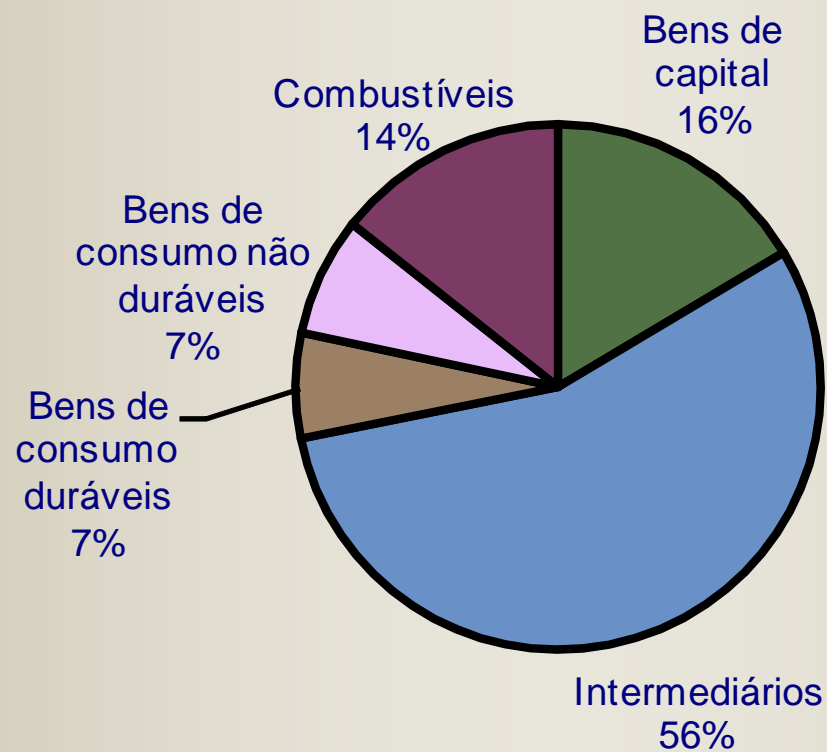
### Importações Brasileiras por Categoria de Uso (US\$ bilhões)

	Bens de capital	Intermediários	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não duráveis	Combustíveis
2001	10.902	31.878	2.000	3.782	7.041
2002	8.719	27.666	1.245	3.449	6.163
2003	7.156	30.197	1.061	3.428	6.483
2004	7.702	39.902	1.306	3.949	9.978
2005	9.912	45.386	1.806	4.722	11.775
2006	12.390	54.228	3.300	6.087	15.337
2007	16.836	70.412	4.988	7.976	20.408
2008	24.935	99.882	7.758	10.116	30.505
2009	21.797	71.642	7.669	10.064	16.475
2010	29.813	100.617	11.753	13.309	26.010

Fonte: Funcex

## Importação por Categoria de Uso (2010)

(%)



Fonte: Funcex

1. Desenvolvimento Regional ao Longo do Tempo
  - **Desconcentração** das atividades e **redução das disparidades** são objetivos estratégicos perenes de todos Planos Nacionais de Desenvolvimento
  - Política de Desenvolvimento Regional centralizada no Governo Federal produziu resultados muito modestos
  - Persistem grandes disparidades regionais
2. Governo Federal se Ausenta da Política
  - Crise fiscal + Constituição de 88: União perde instrumentos e recursos
  - Abertura ao exterior e competitividade
3. Fracassam todas tentativas de Reforma
4. Estados promovem competição fiscal no vácuo da Política de Desenvolvimento Regional e da Reforma Tributária
  - O Caso dos Incentivos sobre Importações

## Mito 4

- ✦ O atual arcabouço jurídico do Pacto Federativo (Centralização das Políticas de Desenvolvimento regional nas mãos do Governo Federal) é adequado e deve ser mantido em qualquer mudança no Sistema Tributário; desvios por parte dos Estados devem ser punidos na forma da Lei

## Análise

- ✦ O modelo centralizador (Lei Complementar 24/75 e decisões unânimes no CONFAZ) está totalmente superado, chocando-se com os princípios básicos da democracia e da federação (um verdadeiro “entulho” autoritário)
- ✦ O modelo centralizador fere um dos pilares da Federação, a autonomia dos Estados e Municípios, fortalecida pela Constituição de 1988; retira do Governador e Assembléia Legislativa o poder de dispor da principal fonte de receita própria do Estado
- ✦ O modelo em vigor trabalha contra o contribuinte, pois tende a maximizar as alíquotas do imposto
- ✦ Rediscussão do pacto federativo está na rua (decisão do STF sobre Fundos de Participação)

## Mito 5

- ✦ A teoria das vantagens comparativas impõe que as regiões devem limitar-se a explorar as suas vocações naturais; no caso dos Estados mais pobres, isso significa investir no setor primário (agropecuária e extração vegetal e/ou mineral)

## Análise

- ✦ Esta é uma visão estática da teoria, que condena as regiões menos desenvolvidas à não-industrialização e ao atraso perene
- ✦ Na visão dinâmica da teoria, as regiões podem e devem trabalhar para alterar suas vantagens comparativas ao longo do tempo, investindo em educação, inovação tecnológica e subsidiando empreendimentos em novos setores que adicionam valor à produção; esta é a essência do processo de desenvolvimento
- ✦ Como o setor primário não é gerador de emprego, a consequência disso é a migração populacional em direção aos Estados mais desenvolvidos, em busca de (melhores) empregos
- ✦ A geração de empregos em quantidade e qualidade crescentes nos Estados menos desenvolvidos deveria ser do maior interesse dos Estados desenvolvidos



## Mito 6

- ✦ O uso de incentivos visando o desenvolvimento regional choca-se com a boa prática internacional, dificultando a integração competitiva do Brasil ao resto do mundo

## Análise

- ✦ Não é o que se observa. A maioria das Federações fortes utiliza subsídios e incentivos com objetivo de reduzir disparidades regionais, atraindo investimentos; exemplos: China, Estados Unidos, Canadá e a própria União Européia
- ✦ Ademais, os Estados/Províncias/Membros possuem grande autonomia e independência para promover benefícios visando a atração de investimentos
- ✦ Incentivos regionais constituem uma das duas únicas exceções permitidas pela OMC (a outra é inovação tecnológica)

## Mito 7

- ✦ A Política de Desenvolvimento Regional deve ser atribuição exclusiva do Governo Federal, o único com poder de harmonizar o comportamento de Estados e Municípios

## Análise

- ✦ Modelo de centralização total (LC 24/75; Confaz etc) só é compatível com o autoritarismo vigente à época de sua institucionalização
- ✦ Mesmo assim, o Governo Federal não foi capaz de promover a harmonia do Sistema e uma expressiva redução de desigualdades regionais
- ✦ O Governo Federal há muito tempo ausentou-se da Política de Desenvolvimento Regional e dificilmente voltará a ser o que era (ator exclusivo), seja por diretriz descentralizadora (a partir de 1988) seja por falta de instrumentos e recursos



## Mito 8

- ✦ Concorrência entre Estados para atrair investimentos, mediante concessão de incentivos de ICMS, é um mal que precisa ser extirpado do Sistema Tributário, devendo ser o principal objetivo da Reforma Tributária

## Análise

- ✦ Principais distorções do Sistema Tributário Brasileiro (alta carga tributária, alto grau de regressividade, multi-tributação de mesmo fato gerador, incidência em cascata sobre base reduzida) não estão na área do ICMS
- ✦ Simplesmente eliminar incentivos corresponderia a promover uma elevação da carga tributária (por elevação de alíquotas e por ressarcimento de perdedores)
- ✦ Diante dos fracassos em promover uma Reforma Tributária que resolva os principais problemas, os Estados são impelidos a antecipar uma redução de carga tributária - o que deveria ser o principal objetivo de uma verdadeira Reforma

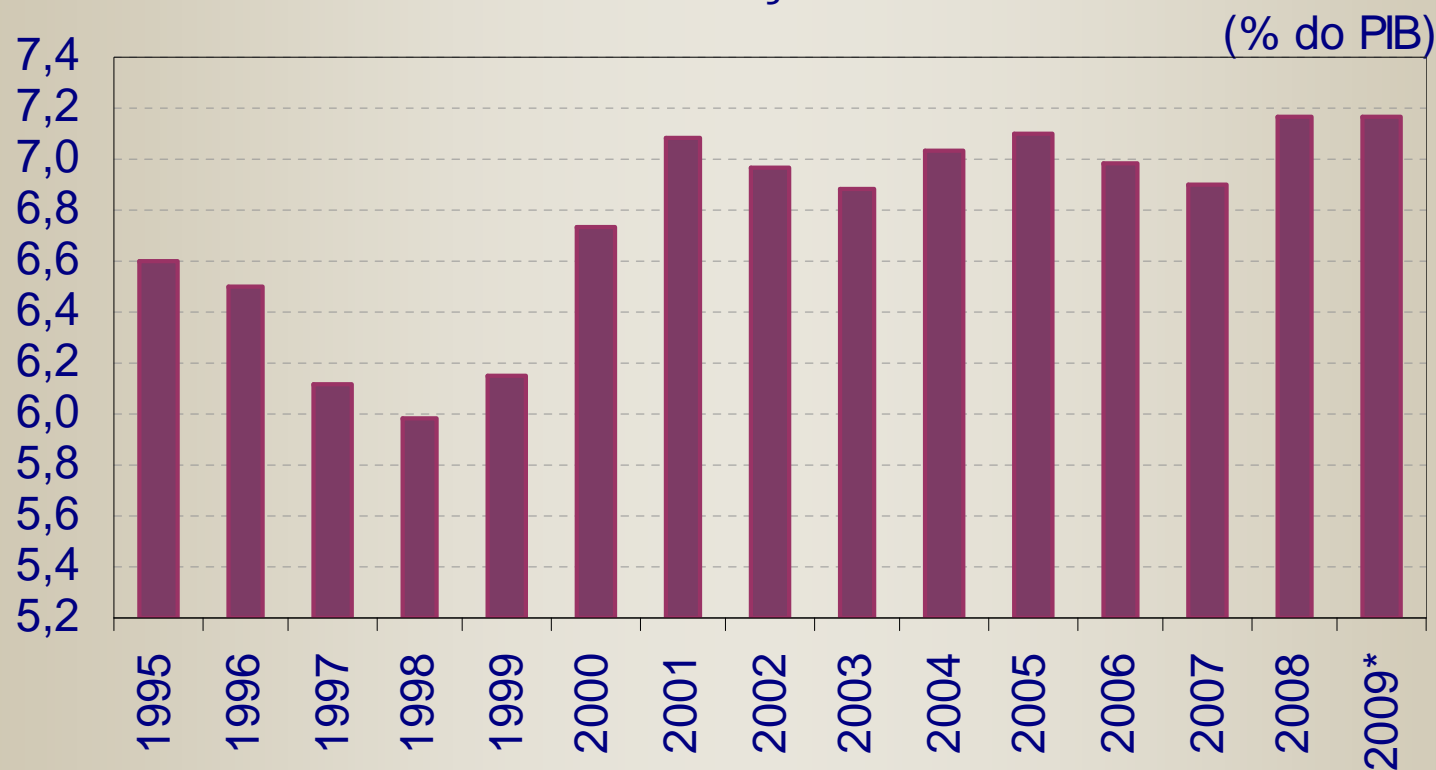
## Mito 9

- ✦ Os Estados que praticam a concessão de benefícios de ICMS perdem arrecadação, aplicam mal os recursos e deterioram suas finanças, sacrificando a sua própria população, que fica privada de serviços públicos essenciais

## Análise

- ✦ Não é o que se observa na prática: a arrecadação de ICMS, em relação aos respectivos PIBs, não caiu, ao contrário cresceu para um patamar de 7% do PIB
- ✦ Incentivo não causa perda de arrecadação: sem investimento, arrecadação teria sido zero; ao contrário, há aumento de arrecadação indireta
- ✦ Desde 2001, o instrumento adequado para cuidar da má aplicação de recursos públicos é a Lei de Responsabilidade Fiscal
- ✦ Os Estados, que vinham apresentando déficits primários, desde 2001 vêm produzindo sucessivos superávits primários em suas contas
- ✦ Portanto, **não houve** prejuízo à população dos Estados, em termos de oferta de serviços públicos, ao contrário
- ✦ Houve crescimento da produção e emprego, melhoria dos serviços públicos e qualidade de vida (refletida no IDH)

### Brasil: Arrecadação de ICMS



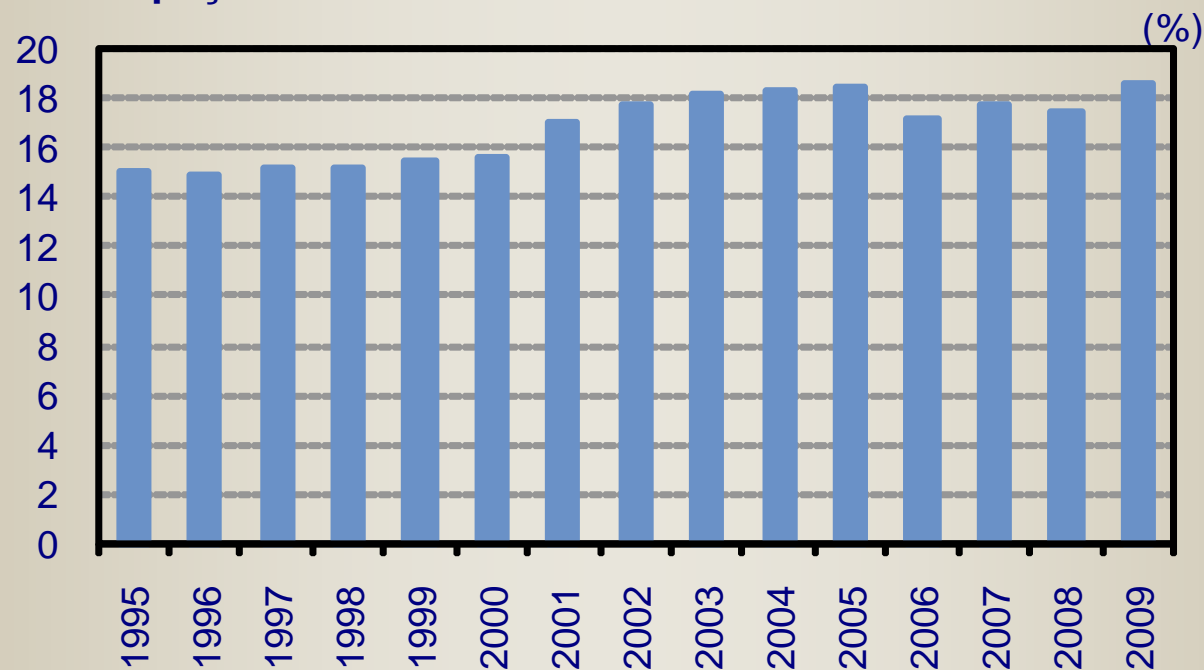
Fonte: IBGE e Confaz Proj. PIB 2009 R&A

## O mesmo é verdade para os Estados incentivadores

(PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO)

Estados mencionados no Estudo FIESP

### Participação do ICMS dos Estados Seleccionados\* no Brasil



Fonte: Confaz \*PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO

Ultimo dado: 2009

## O IDH cresceu de forma expressiva nos Estados incentivadores

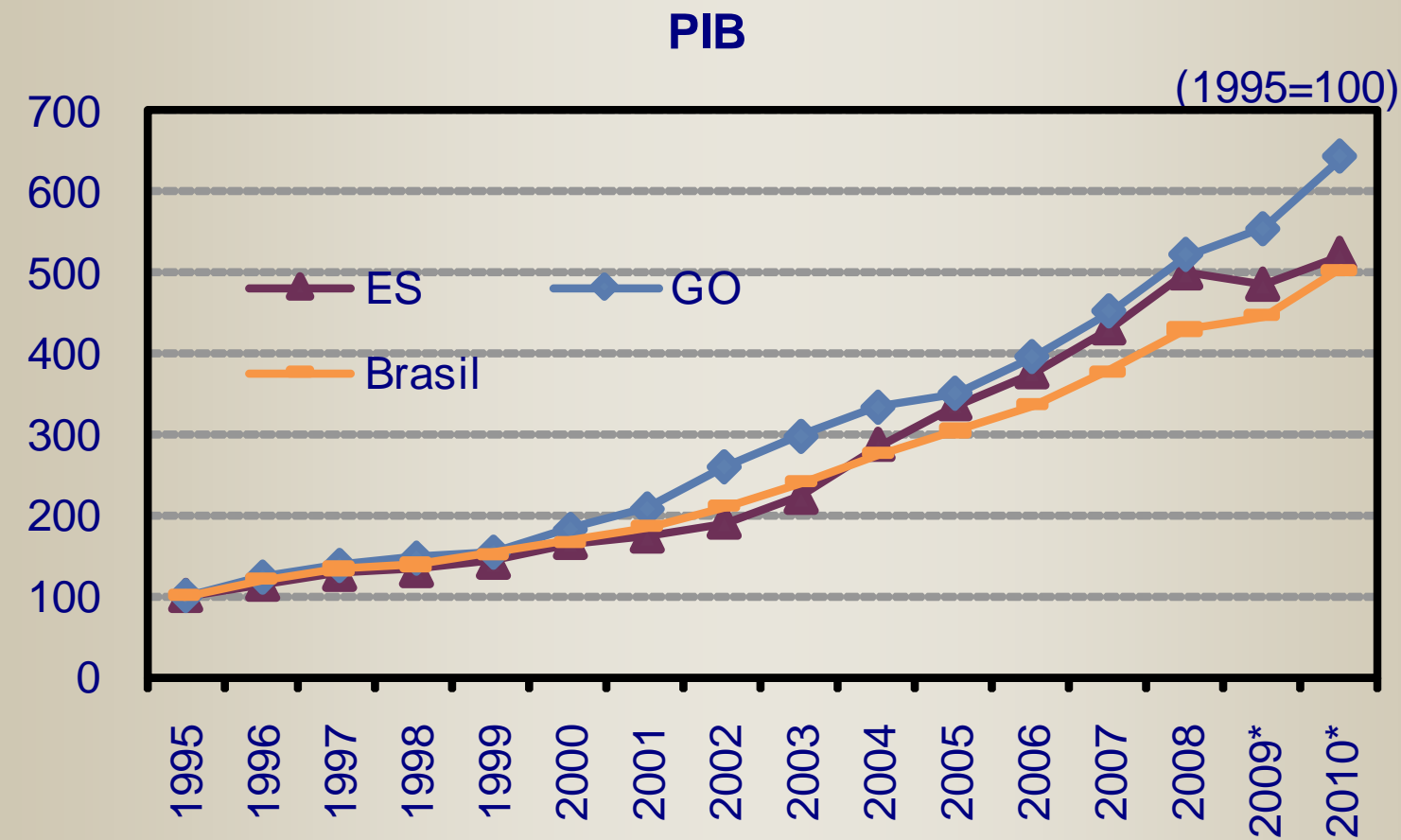
(PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO)

*Estados mencionados no Estudo FIESP*

IDH por Estado					
	1991 <sup>1</sup>	2000 <sup>1</sup>	2005 <sup>2</sup>	2006 <sup>3</sup>	2007 <sup>3</sup>
AC	0,624	0,697	0,751	0,763	0,78
AL	0,548	0,649	0,677	0,7	0,722
AM	0,664	0,713	0,78	0,784	0,796
AP	0,691	0,753	0,78	0,789	0,8
BA	0,59	0,688	0,742	0,754	0,767
CE	0,593	0,7	0,723	0,731	0,749
DF	0,799	0,844	0,874	0,882	0,9
ES	0,69	0,765	0,802	0,808	0,821
GO	0,7	0,776	0,8	0,807	0,824
MA	0,543	0,636	0,683	0,707	0,724
MG	0,697	0,773	0,8	0,813	0,825
MS	0,716	0,778	0,802	0,815	0,83
MT	0,685	0,773	0,796	0,804	0,808
PA	0,65	0,723	0,755	0,764	0,782
PB	0,561	0,661	0,718	0,729	0,752
PE	0,62	0,705	0,718	0,733	0,742
PI	0,566	0,656	0,703	0,721	0,74
PR	0,711	0,787	0,82	0,827	0,846
RJ	0,753	0,807	0,832	0,846	0,852
RN	0,604	0,705	0,738	0,742	0,753
RO	0,66	0,735	0,776	0,779	0,784
RR	0,692	0,746	0,75	0,784	0,782
RS	0,753	0,814	0,832	0,84	0,847
SC	0,748	0,822	0,84	0,848	0,86
SE	0,597	0,682	0,742	0,756	0,77
SP	0,778	0,82	0,833	0,842	0,857
TO	0,611	0,71	0,756	0,769	0,784
Brasil	0,696	0,766	0,794	0,803	0,816

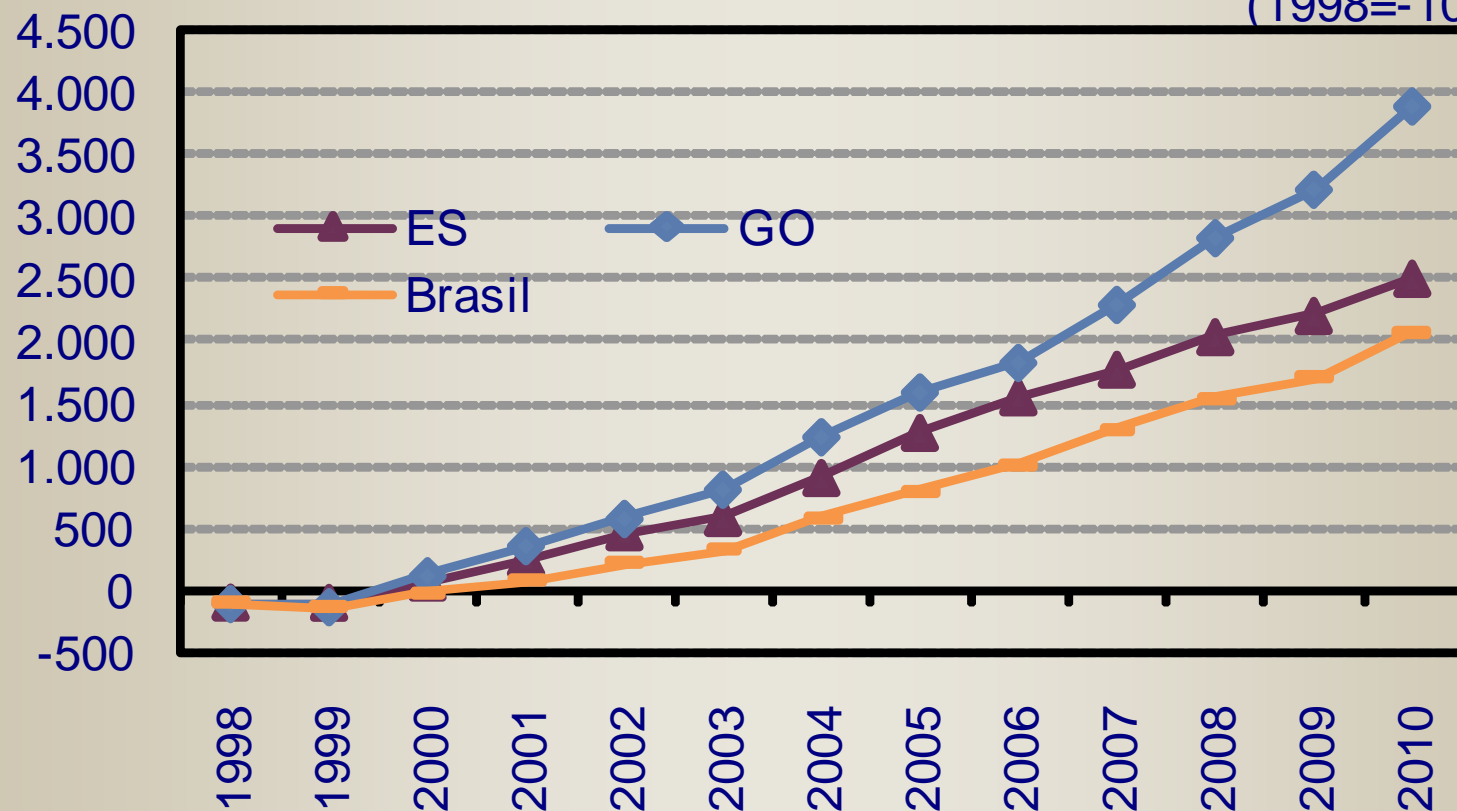
Fonte: <sup>1</sup>Ipeadata, <sup>2</sup>PNUD e <sup>3</sup>Banco Central





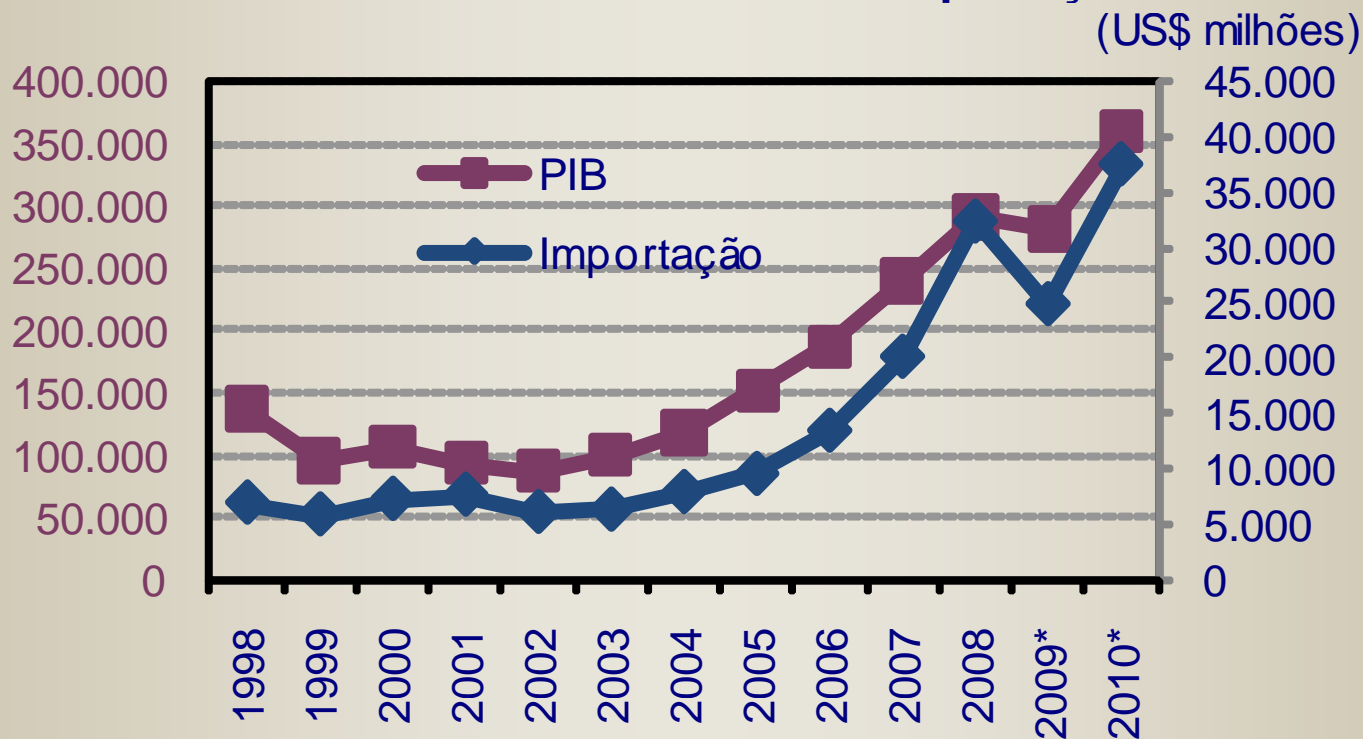
Fonte: IBGE \*Proj R&A

### Emprego Acumulado (saldo entre admissões e demissões) (1998=-100)



Fonte: Caged

Estados Selecionados - PIB e Importação



Fonte: IBGE e MDIC \*Proj. PIB 2009 e 2010 R&A

Ultimo dado: 2010

## Mito 10

- ✦ A competição fiscal entre Estados, mediante concessão de benefícios vinculados ao ICMS, resulta em **deterioração das finanças públicas** estaduais, com sérias conseqüências para a capacidade do Estado prover os serviços públicos essenciais à população, bem como investir na infraestrutura requerida para o crescimento da produção e emprego

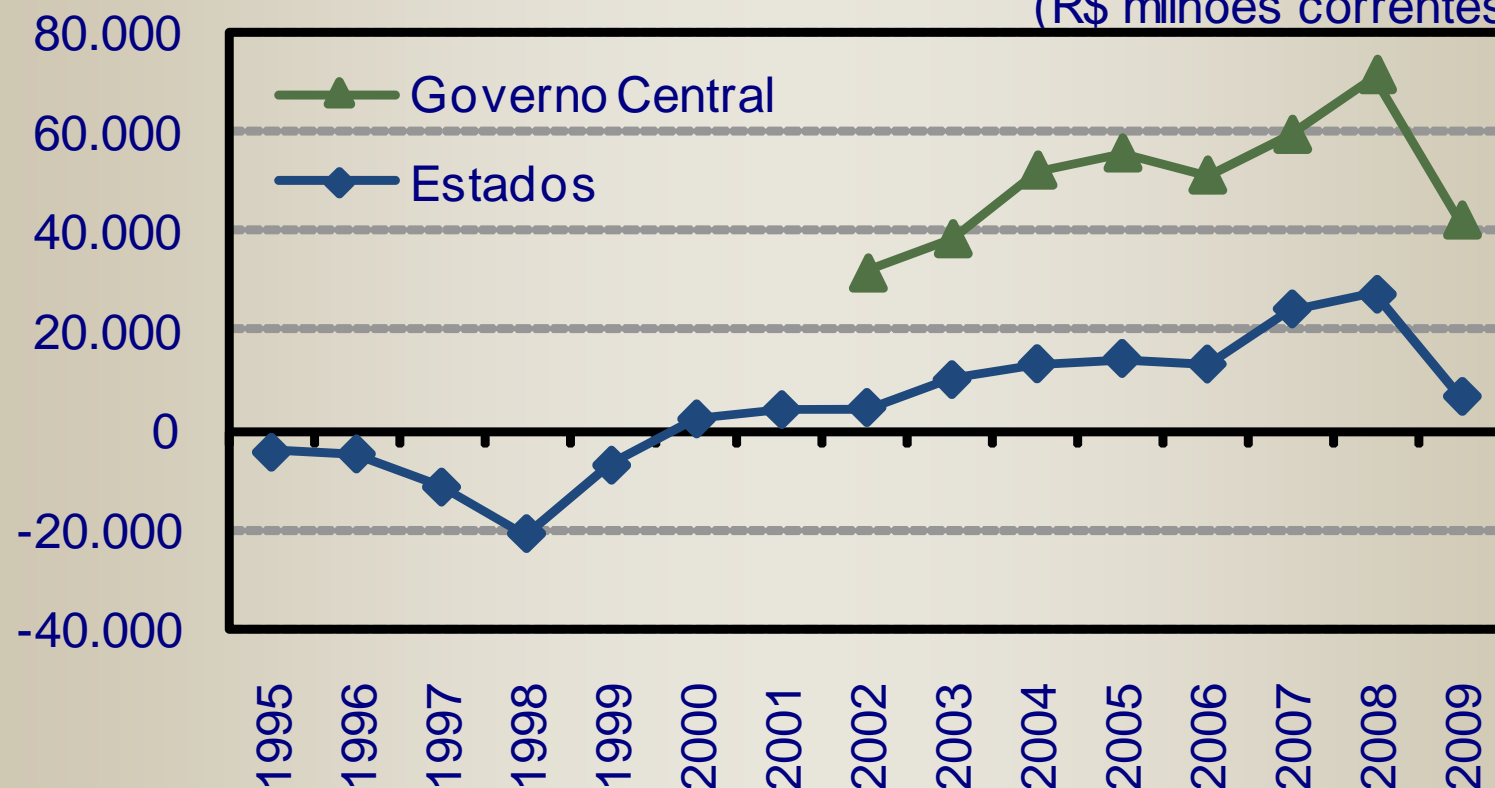
## Análise

- ✦ Crítica superada principalmente pelos fatos (não houve queda de arrecadação) e o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001)
- ✦ De fato, desde 2001, os Governos Estaduais vêm consistentemente apresentando **superávits primários**, contribuindo de forma expressiva para o cumprimento de metas do programa de ajuste fiscal do setor público consolidado brasileiro

Desde 2001, Estados produzem superávit primário  
*Mesmo em ano eleitoral*

### Superávit Primário dos Estados e do Governo Central

(R\$ milhões correntes)

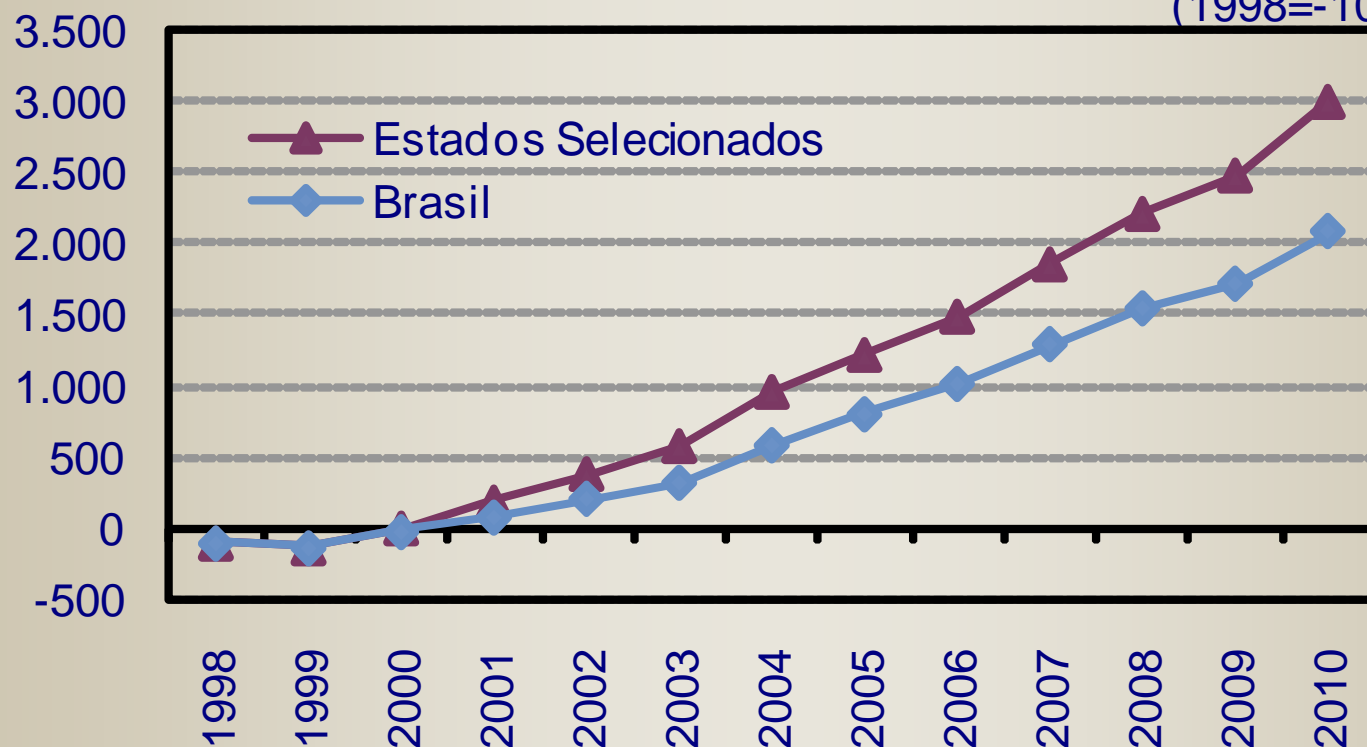


Fonte: Ministério da Fazenda e Banco Central

Ultimo dado: 2009

**Emprego Acumulado de Estados Seleccionados\***

(1998=-100)



Fonte: Caged \*PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO

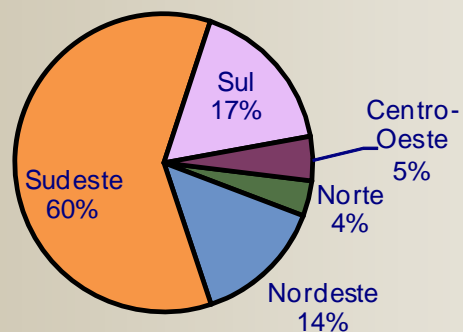
## Mito 11

- ✦ O modelo de política de Desenvolvimento Regional centralizada no Governo Federal produziu uma significativa redução das disparidades regionais no Brasil

## Análise

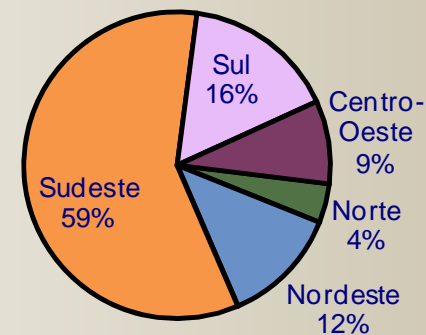
- ✦ Apesar do uso de intensivo de inúmeros instrumentos (incentivos, subsídios, transferências voluntárias do OGU, preço uniforme dos principais insumos no território nacional, condições especiais de financiamento, investimentos federais), persistem enormes disparidades entre regiões (ver PIB estaduais)
- ✦ Entre 1985 e 1997, não se alterou significativamente a concentração da produção, com Sudeste virtualmente mantendo participação (ver “caminho” do PIB)
- ✦ Após 1997, houve pequena desconcentração, às custas do Sudeste
- ✦ Tendência para 2010 é de continuidade da desconcentração, pois os PIBs dos Estados mais pobres está consistentemente crescendo acima da média
- ✦ Governo Federal ausentou-se da Política de Desenvolvimento Regional desde a eclosão da Crise Fiscal em 1982. Desconcentração recente só pode ser creditada aos esforços próprios dos Estados

Participação das Grandes Regiões no PIB (1985) (%)



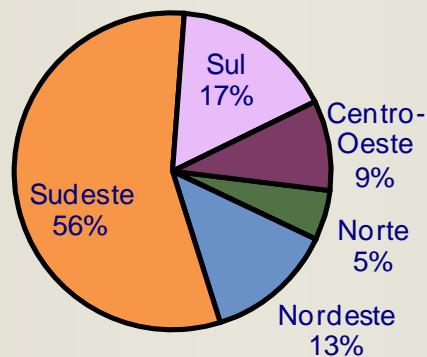
Fonte: IBGE

Participação das Grandes Regiões no PIB (1997) (%)



Fonte: IBGE

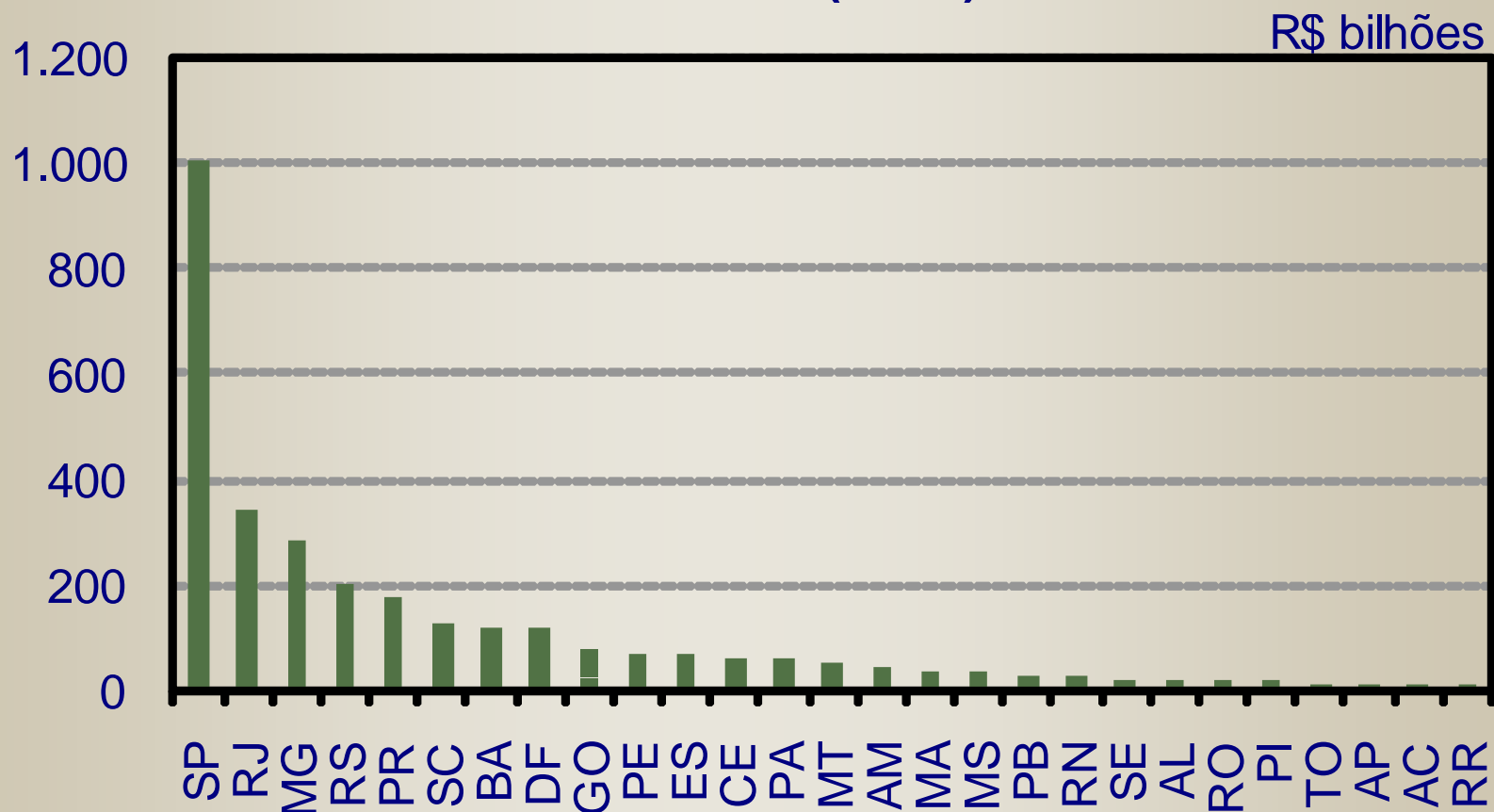
Participação das Grandes Regiões no PIB (2008) (%)



Fonte: IBGE



PIB Estadual (2008)



Fonte: IBGE

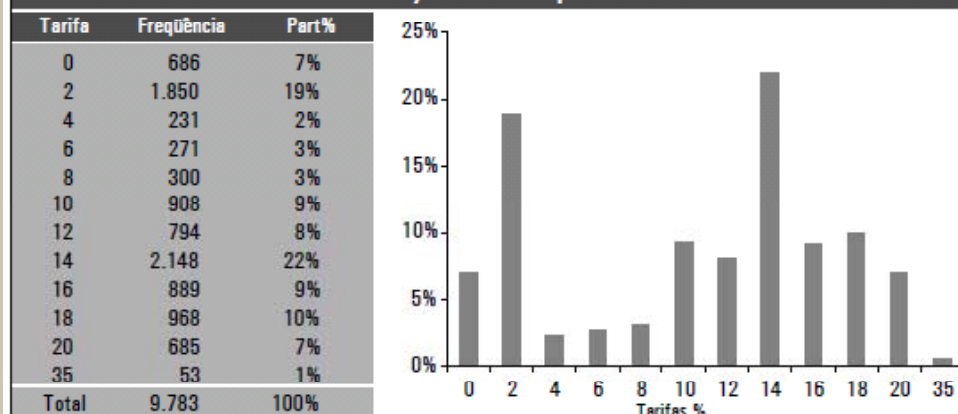
## Mito 12

- ✦ A concessão por Estados de incentivos de ICMS nas importações retira competitividade da produção nacional, que paga ICMS

## Análise

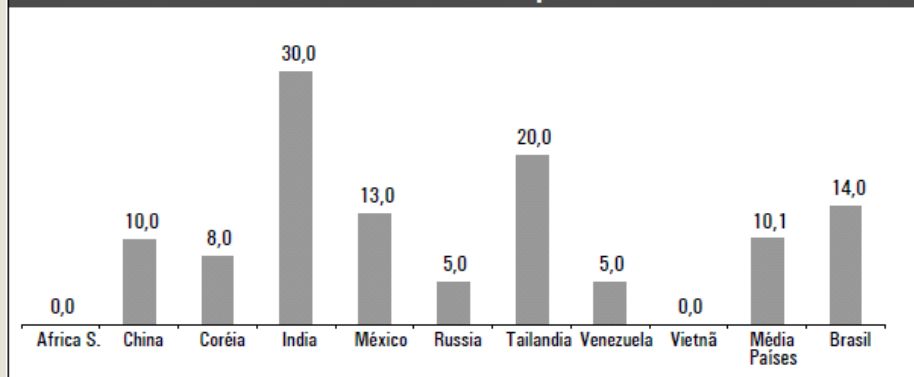
- ✦ O instrumento mais adequado de proteção à produção nacional não é o ICMS, é o imposto de importação
- ✦ Evidentemente, o imposto de importação não é pago pela produção nacional
- ✦ Apesar das reformas recentes, a estrutura de proteção no Brasil pode ser considerada relativamente alta para uma gama numerosa de produtos, com alíquotas entre 16 e 20%
- ✦ Destaque para a alíquota de 35% no caso de veículos automotores, que apresentam uma proteção efetiva de 160% à produção nacional

### Distribuição das Alíquotas



Fonte: Elaborado pela Negint/CNI a partir das informações da TEC/MDIC

### Tarifas aplicadas Média por capítulo - Países selecionados Tarifa modal dos países



Fonte: Elaborado pela NEGINT/CNI a partir das informações do WITS/TRAINS

## Mito 13

- A concessão de incentivos de ICMS sobre importações pelos Estados é ainda pior do que a Guerra Fiscal tradicional, porque impulsiona de forma expressiva as importações, em detrimento da produção nacional, destruindo empregos brasileiros (ver Estudo FIESP)

## Análise

- As importações brasileiras ao longo de longo período recente são perfeitamente explicadas pelas evoluções do PIB e do câmbio real (ver equação obtida por regressão, a seguir)
- A redução de alíquotas de ICMS sobre importações, de 12% para 4%, é consistente com consenso em torno da alíquota interestadual nas propostas de Reforma Tributária
- O impacto do incentivo sobre aumento de importações é bastante reduzido, da ordem de 0,9% do total das importações brasileiras (estimativa conservadora\*)

\* Queda de imposto equivale a valorização de câmbio; utilizando alíquota modal de 20% de Imposto de Importação e a elasticidade de -0,72 estimada para câmbio efetivo.

**Importações = função de (PIB; Câmbio real)**

**Validação: Equação obtida por Regressão**

$$\text{Log}(M) = - 6,96 - 0,72*\text{Log}(\text{RER\_IPC}) + 2,82*\text{Log}(\text{PIB}) + 0,21*\text{D2008}$$

Período: 1990 - 2010

C - Constante

M – Importações; dado anual em US\$ (Fonte: MDIC)

RER\_IPC – Taxa de câmbio real/cesta de 13 moedas; Índice dez93=100 (Fonte: FUNCEX)

PIB – PIB Brasil; índice real encadeado, média 1980=100 (Fonte: IPEADATA)

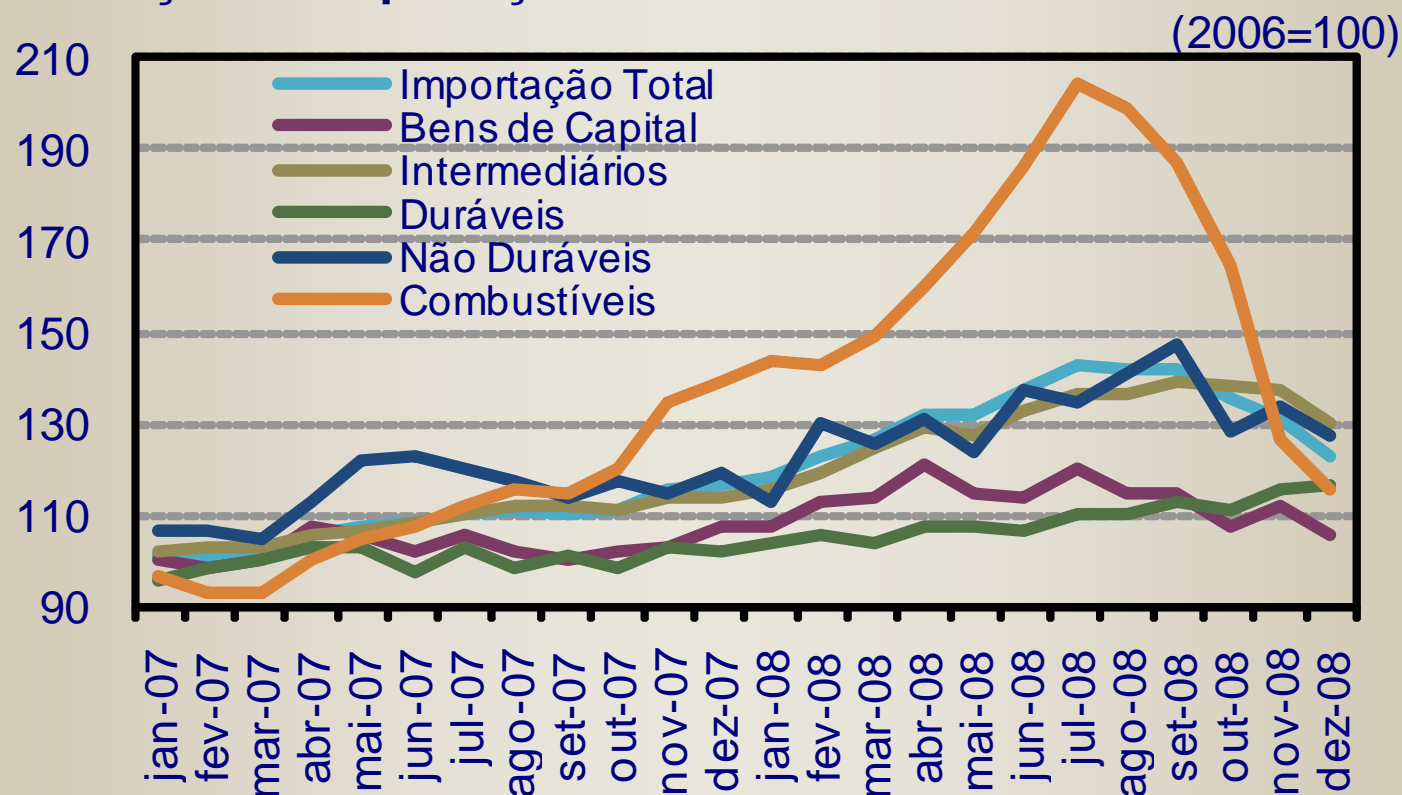
D2008 = dummy de 2008

$$R^2 = 0,99$$

**Elasticidade da Importação e PIB: 2,82**

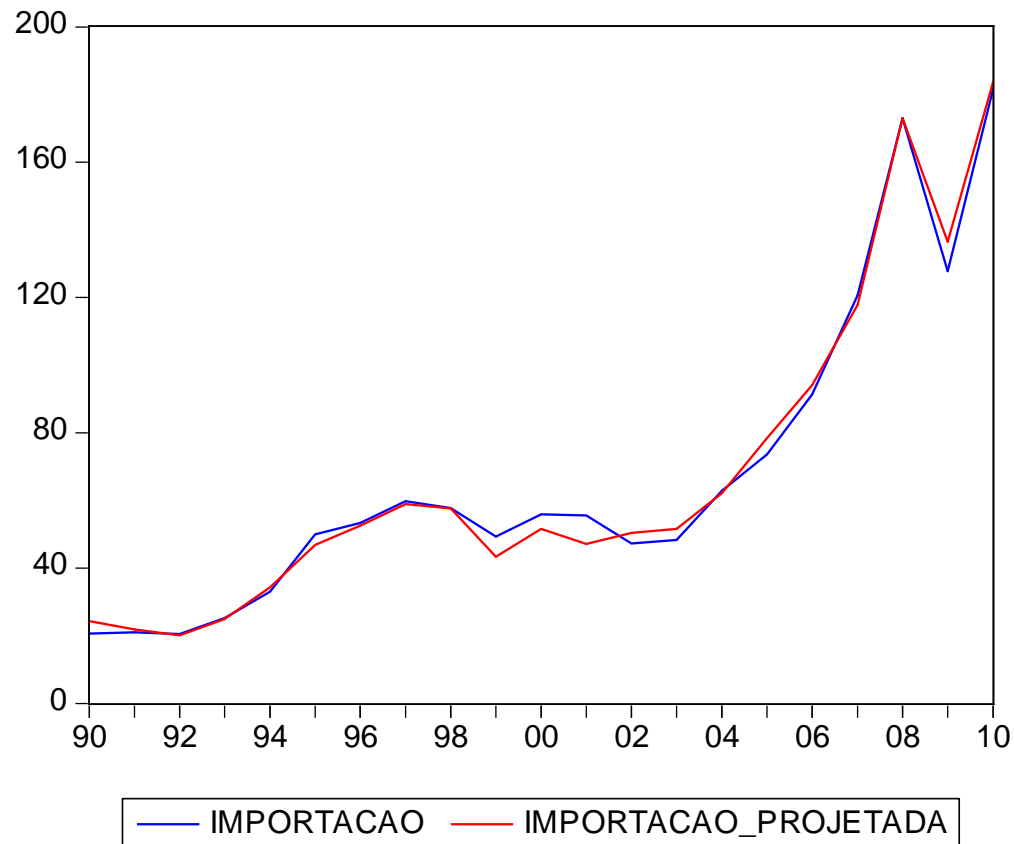
**Elasticidade da Importação e Câmbio: - 0,72**

Preço das Importações Brasileiras entre 2007 e 2008



Fonte: Funcex

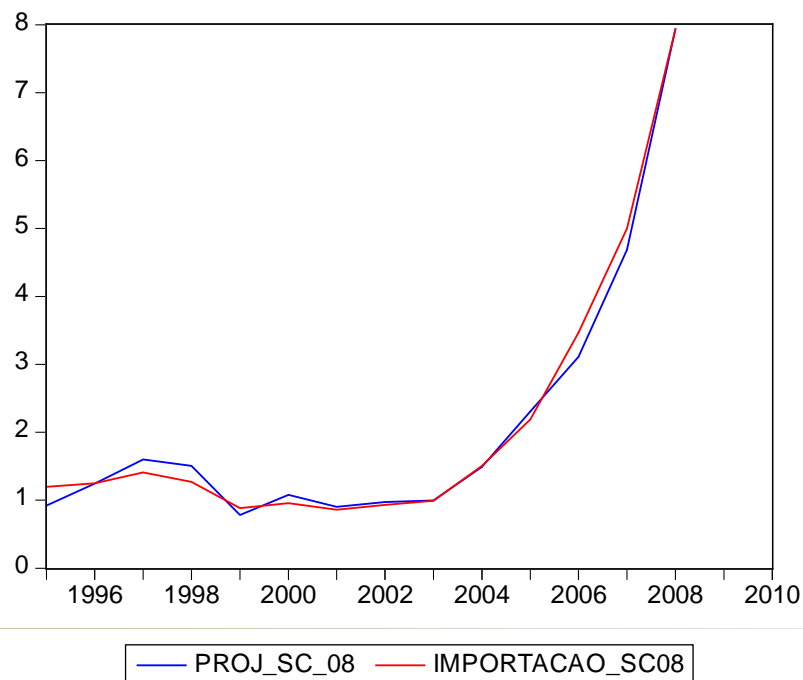
A equação representa “fit” quase perfeito  
*PIB e câmbio efetivo explicam o crescimento das importações*



*Portanto, não há  
necessidade de  
outras variáveis  
para explicar o  
crescimento das  
importações*

## Replicando modelo para Santa Catarina (até 2008) Novamente um "fit" perfeito

$$\text{Log (Importação de SC)} = C + A \log (\text{PIB SC}) + B \log (\text{RER\_ipc}) + d2008$$



Dependent Variable: LOG(IMPORTACAO\_SC)

Method: Least Squares

Date: 04/14/11 Time: 13:05

Sample: 1995 2008

Included observations: 14

	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-13.30851	1.579659	-8.424923	0.0000
LOG(PIB_SC)	4.529741	0.347611	13.03108	0.0000
LOG(RER_IPC)	-1.823962	0.184010	-9.912283	0.0000
D2008	0.320897	0.166020	1.932880	0.0820

R-squared	0.973501	Mean dependent var	0.479274
Adjusted R-squared	0.965552	S.D. dependent var	0.696092
S.E. of regression	0.129197	Akaike info criterion	-1.020007
Sum squared resid	0.166918	Schwarz criterion	-0.837419
Log likelihood	11.14005	Hannan-Quinn criter.	-1.036909
F-statistic	122.4588	Durbin-Watson stat	1.635619
Prob(F-statistic)	0.000000		

**Novamente, PIB e Câmbio efetivo explicam perfeitamente o crescimento das importações de SC**



## Mito 14

- ✦ Zerar a alíquota do ICMS nas importações, como propõe projeto de Resolução do Senado (do Sen. R Jucá), resolve o “problema” da desarmonia nas concessão de benefícios/incentivos de ICMS nas importações pelos Estados

## Análise

- ✦ Iniciativa não é operacional, pois requer enorme esforço para identificar os produtos na saída do Estado, que não arrecada nada
- ✦ Corresponde a transferir cobrança do ICMS da origem para o destino, uma mudança estrutural profunda do regime de tributação do ICMS; muito arriscado implementá-la fora de ampla Reforma
- ✦ O problema refere-se no máximo a cerca de 2% da arrecadação total de ICMS (redução de 12 para 4% das alíquotas pelos Estados selecionados)
- ✦ Medida prejudica Estados pobres e Municípios, pois sua quota de ICMS (25%) sobre importações pode constituir item importante de receita municipal
- ✦ Os mesmos críticos da redução das alíquotas de ICMS nas importações, para 4%, defendem na Reforma a redução para 4% das alíquotas de ICMS no comércio interestadual (inclusive importações; ver propostas CNI e FIESP)

## Mito 15

- ✦ A concessão, por alguns Estados, de incentivos de ICMS sobre importações distorceu completamente a logística das importações brasileiras, alterando de forma significativa o ranking dos Estados importadores, ordenado pelo volume de importações

## Análise

- ✦ Não é o que observa ao longo do tempo: entre 1996 e 2010, as alterações no ranking não foram significativas
- ✦ Apenas alguns Estados mudaram de forma expressiva sua colocação no ranking; são eles: Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina
- ✦ Alguns dos Estados citados como incentivadores na realidade pioraram suas colocações no ranking
- ✦ Como se verá, muito do crescimento das importações nesses Estados está associado ao seu próprio crescimento ou a setores localizados

### Ranking das Importações por Estado

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
RJ	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	4	2	2
PR	4	3	3	3	4	4	5	5	5	4	2	3	3
RS	3	4	4	4	3	3	3	3	2	2	3	4	4
SC	9	9	9	10	9	9	9	9	9	9	8	6	5
AM	7	6	5	5	5	5	4	4	4	5	6	7	6
MG	5	5	6	6	6	6	8	7	7	7	5	5	7
ES	6	7	7	7	7	7	7	6	6	6	7	8	8
BA	8	8	8	8	8	8	6	8	8	8	9	9	9
GO	14	14	14	14	15	15	13	14	14	13	12	10	10
MA	13	13	13	11	10	11	12	10	10	10	10	12	11
MS	16	21	16	15	14	14	10	11	11	11	11	11	12
PE	10	10	10	9	11	10	11	12	13	12	13	13	13
CE	11	12	11	12	12	12	14	15	12	14	14	14	14
DF	12	11	12	13	13	13	15	13	15	15	16	15	15
PA	15	15	15	16	16	16	17	17	16	17	17	16	16
MT	20	16	19	17	17	17	16	16	17	16	15	17	17
PB	17	17	17	19	22	20	20	19	18	18	18	18	18
RN	19	19	20	20	19	18	18	18	19	20	20	21	19
AL	21	20	21	21	18	21	21	21	20	19	19	23	20
TO	22	22	25	27	23	22	22	25	24	22	23	22	21
RO	25	25	22	22	21	24	25	22	22	23	22	19	22
PI	23	24	24	23	24	23	24	24	23	25	24	24	23
SE	18	18	18	18	20	19	19	20	21	21	21	20	24
AP	24	23	23	24	25	25	23	23	25	24	25	25	25
RR	26	26	27	26	27	26	26	26	27	27	26	26	26
AC	27	27	26	25	26	27	27	27	26	26	27	27	27

Fonte: MDIC Elaboração: R&A

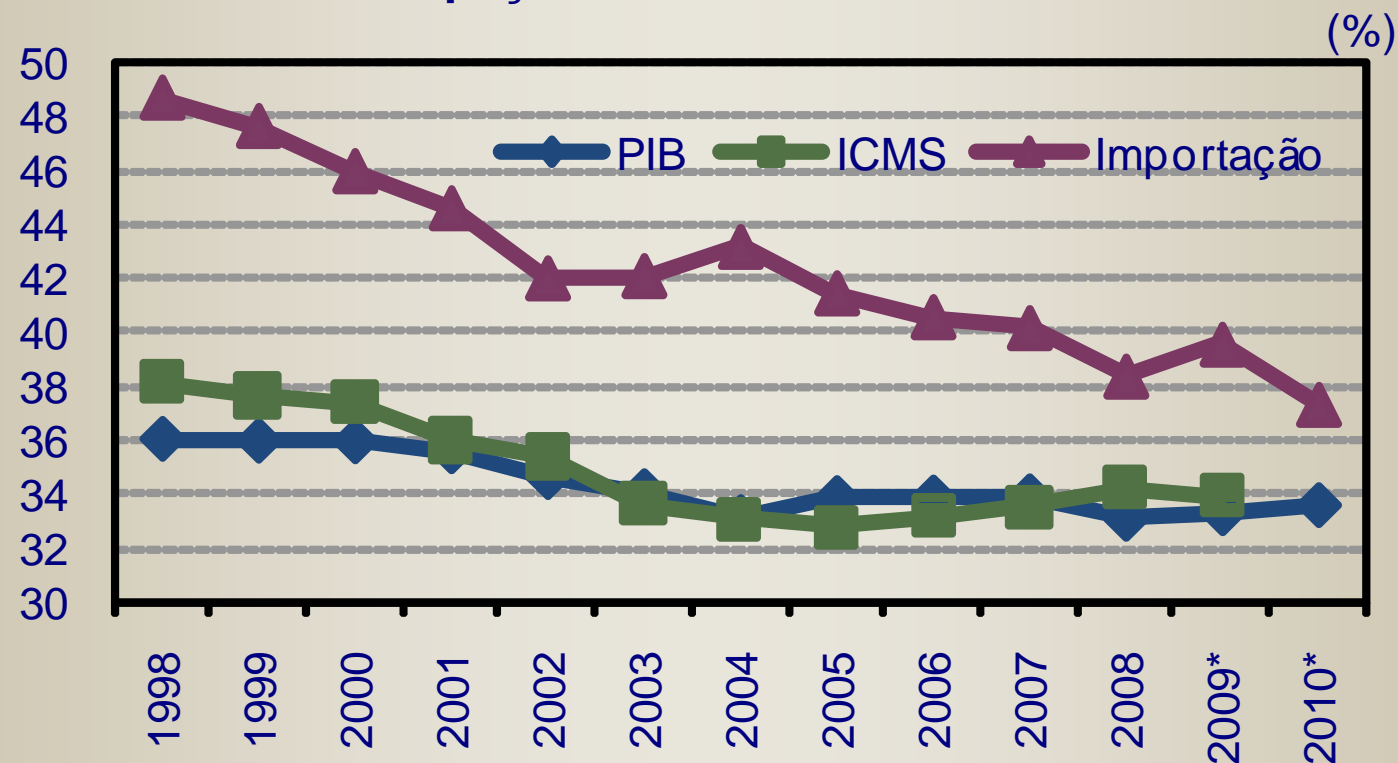
## Mito 17

- ✦ A queda da participação da importação por São Paulo é fruto de distorções provocadas pelos benefícios concedidos nas importações por parte de outros Estados

## Análise

- ✦ Na realidade, a participação de São Paulo no total das importações brasileiras, ao final da década de 90, era desproporcionalmente alta (quase 50% do total), não sendo consistente com a participação do PIB paulista, que por sinal já vem caindo lentamente, de mais de 38% para cerca de 34%.
- ✦ O atual patamar de participação das importações do Estado de São Paulo é mais coerente com o PIB correspondente.

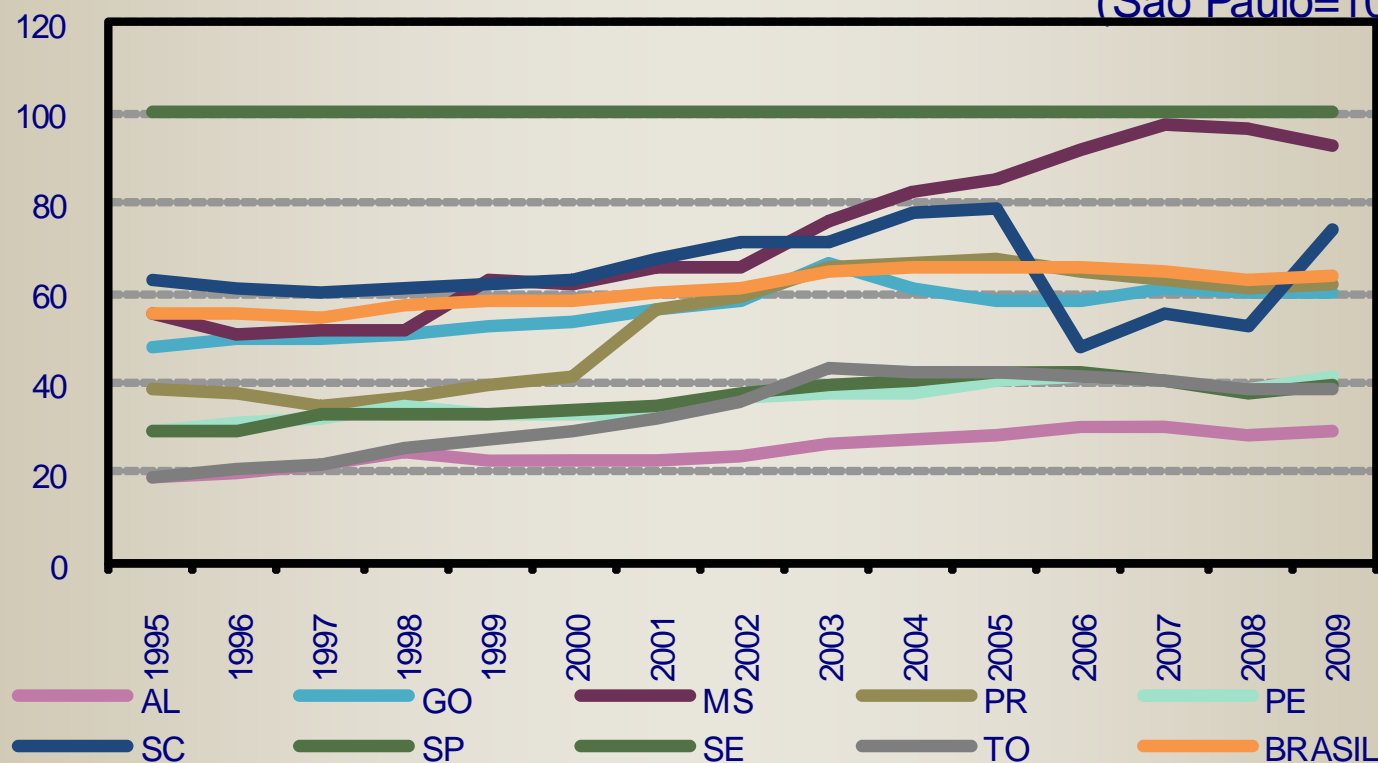
Participação de São Paulo no Brasil



Fonte: Confaz, IBGE e MDIC \*PIB 2009 e 2010 R&A Último dado: 2010

ICMS per capita de Estados Selecionados\* e SP

(São Paulo=100)



Fonte: Confaz \*PR, SC, GO, MS, PE, AL, SE e TO

Ultimo dado: 2009

#### Fabricação de máquinas e equipamentos

Principais estados exportadores/importadores, ordenados pelo valor do ano de 2010

U.F.	US\$ Milhões				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
<b>Exportação</b>	<b>3.035</b>	<b>7.868</b>	<b>6.682</b>	<b>8.587</b>	<b>28,5</b>	<b>2,2</b>	<b>12,6</b>
São Paulo	1.836	4.768	3.596	5.008	39,3	1,2	12,7
Rio Grande do Sul	412	1.001	1.057	1.319	24,8	7,1	11,8
Santa Catarina	387	763	763	861	12,9	3,1	8,9
Paraná	171	542	467	659	41,0	5,0	15,5
Rio de Janeiro	49	226	375	312	(16,7)	8,4	21,2
Minas Gerais	88	268	212	211	(0,3)	(5,8)	15,0
Demais estados	94	300	213	217	2,1	(7,8)	15,7
<b>Importação</b>	<b>7.921</b>	<b>8.845</b>	<b>14.321</b>	<b>20.237</b>	<b>41,3</b>	<b>23,0</b>	<b>1,4</b>
São Paulo	4.126	4.088	6.142	8.503	38,4	20,1	(0,1)
Rio de Janeiro	523	626	1.170	2.117	80,9	35,6	2,3
Paraná	577	576	1.031	1.711	66,0	31,3	(0,0)
Minas Gerais	552	645	1.116	1.513	35,5	23,7	2,0
Santa Catarina	267	417	847	1.396	64,8	35,3	5,7
Rio Grande do Sul	643	511	873	1.100	26,0	21,1	(2,8)
Amazonas	386	481	688	995	44,5	19,9	2,8
Espírito Santo	235	601	685	872	27,4	9,8	12,5
Pernambuco	58	113	202	402	99,6	37,3	8,6
Demais estados	552	787	1.566	1.627	3,9	19,9	4,5

Fonte: Funcex

## Mito 16

- ✦ A concessão, por alguns Estados, de incentivos de ICMS sobre importações fez com que as importações desses Estados no período recente crescessem de forma desproporcional, sem respaldo nos fundamentos econômicos estaduais

## Análise

- ✦ Além de São Paulo, os únicos Estados cujas importações ficaram bem acima da proporção de seus PIB's são: AM, ES, MA, MS, PR, RS e SC
- ✦ Com exceção de AM, ES e SC, todos os demais Estados têm a proporção de suas importações bem abaixo da correspondente participação do PIB – têm, portanto, muito espaço para crescer



#### Dados Seleccionados (%)

Estado	Part. No PIB	Part. Na Indústria	Part. Nas Importações 2008	Part. Nas Importações 2010	Part. No ICMS
AC	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2
AL	0,6	0,6	0,1	0,1	0,7
AP	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2
AM	1,5	2,2	5,8	6,1	2,1
BA	4,0	4,1	3,6	3,6	4,4
CE	2,0	1,7	0,9	1,2	2,1
DF	3,9	0,9	0,6	0,9	1,9
ES	2,3	2,8	5,0	4,2	3,2
GO	2,5	2,4	1,8	2,3	2,9
MA	1,3	0,8	2,4	2,1	1,1
MT	1,7	1,0	0,7	0,5	1,9
MS	1,1	0,7	2,1	1,9	1,9
MG	9,3	11,0	6,1	5,5	10,4
PA	1,9	2,7	0,6	0,6	1,9
PB	0,8	0,7	0,2	0,4	0,9
PR	5,9	5,7	8,4	7,7	5,4
PE	2,3	1,8	1,4	1,8	2,8
PI	0,6	0,3	0,0	0,1	0,5
RJ	11,3	12,7	8,3	9,2	9,0
RN	0,8	0,8	0,1	0,2	1,0
RS	6,6	6,3	8,4	7,3	6,7
RO	0,6	0,3	0,1	0,1	0,8
RR	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
SC	4,1	5,1	4,6	6,6	2,7
SP	33,1	33,9	38,4	37,3	34,2
SE	0,6	0,8	0,1	0,1	0,6
TO	0,4	0,4	0,1	0,1	0,4
<b>BRASIL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, MDIC e Confaz/MF

- Importações dos Estados Incentivadores (FIESP): 20,5% do total Brasil, sendo 14,3% referentes a PR e SC
- Estados com importações muito acima da proporção do PIB: AM, MA, MS, PR, RS e SC
- Amazonas explica-se pela Zona Franca
- Abrindo os dados de importações dos Estados por setores importadores, observa-se que, com exceção de SC, todo o crescimento recente está centrado no setor de combustíveis, petróleo e gás (ver adiante)
- SC apresenta crescimento digno de nota, em vários setores importadores; mas, sua indústria constitui 35% do PIB estadual – a mais alta proporção do país
- Todos os demais Estados têm a proporção de suas importações bem abaixo da correspondente participação do PIB estadual – têm, portanto, muito espaço para crescer

#### Amazonas - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	70	124	131	158	20	6	7	-	-	-	-	-	-	-
Veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	80	143	223	288	29	19	8
Outros equip. de transporte	33	270	129	146	13	(14)	30	104	191	397	378	(5)	19	8
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	386	481	688	995	45	20	3
Produtos químicos	15	61	38	43	14	(8)	19	247	487	478	579	21	4	9
Metalurgia básica	0	11	17	29	72	26	77	31	56	128	293	129	51	8
Máquinas e mat. elétricos	2	26	21	24	17	(1)	36	301	672	597	944	58	9	11
Celulose e papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	38	86	146	200	37	24	11
Refino petróleo e combustíveis	-	7	24	19	(23)	26	-	263	35	92	315	245	73	(22)
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mat. eletrônico e comunicação	40	809	386	468	21	(13)	46	1.051	2.900	2.720	5.073	87	15	14
Produtos de metal	39	80	72	78	8	(1)	9	47	107	135	186	39	15	11
Calçados e couros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	157	512	537	608	13	4	16
Móveis e ind. diversas	7	26	18	30	62	4	17	-	-	-	-	-	-	-
Têxteis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máq. escritório e informática	7	62	7	51	656	(4)	32	166	234	392	582	48	26	4
Extr. Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	48	217	262	401	53	17	21
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	26	17	5	11	127	(11)	(5)	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	28	42	36	63	74	11	5	134	137	144	214	49	12	0
<b>Total</b>	<b>266</b>	<b>1.534</b>	<b>884</b>	<b>1.119</b>	<b>27</b>	<b>(8)</b>	<b>24</b>	<b>3.054</b>	<b>6.258</b>	<b>6.940</b>	<b>11.056</b>	<b>59</b>	<b>15</b>	<b>9</b>

Fonte: Funcex

#### Espírito Santo - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	53	102	167	134	(20)	7	8	209	179	318	384	21	21	(2)
Veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	1.375	198	512	1.260	146	59	(22)
Outros equip. de transporte	-	-	-	-	-	-	-	50	94	324	279	(14)	31	8
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	235	601	685	872	27	10	12
Produtos químicos	-	-	-	-	-	-	-	184	658	618	693	12	1	17
Metalurgia básica	782	1.594	1.745	2.019	16	6	9	288	845	345	552	60	(10)	14
Máquinas e mat. elétricos	-	-	-	-	-	-	-	105	172	212	244	15	9	6
Celulose e papel	404	761	821	1.064	30	9	8	-	-	-	-	-	-	-
Borracha e plástico	0	1	82	78	(5)	209	41	86	162	223	435	96	28	8
Refino petróleo e combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	364	324	393	414	5	6	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Mat. eletrônico e comunicação	-	-	-	-	-	-	-	162	387	377	501	33	7	12
Produtos de metal	0	8	24	15	(35)	18	124	34	61	65	130	98	21	8
Calçados e couros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod. minerais não-metálicos	78	593	432	585	35	(0)	29	-	-	-	-	-	-	-
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e ind. diversas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Têxteis	-	-	-	-	-	-	-	43	253	376	489	30	18	25
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	267	450	202	166	(18)	(22)	7
Extr. Petróleo	-	-	-	899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	26	47	112	126	13	28	8
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	182	398	739	976	32	25	10
Extr. minerais metálicos	665	2.989	2.564	6.453	152	21	21	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	0	115	67	112	67	(1)	98	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	61	234	217	181	(16)	(6)	18	229	390	376	486	29	6	7
<b>Total</b>	<b>2.408</b>	<b>6.722</b>	<b>6.510</b>	<b>11.954</b>	<b>84</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>3.474</b>	<b>4.896</b>	<b>5.484</b>	<b>7.594</b>	<b>38</b>	<b>12</b>	<b>4</b>

Fonte: Funcex

#### Mato Grosso do Sul - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	91	397	1.077	1.422	32	38	20	6	64	101	132	31	20	34
Veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros equip. de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	0	4	9	15	65	35	47	6	24	272	41	(85)	14	19
Produtos químicos	3	2	6	9	36	42	(4)	7	124	210	273	30	22	44
Metalurgia básica	3	14	22	4	(81)	(26)	23	111	118	197	432	119	38	1
Máquinas e mat. elétricos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	10	5	(50)	53	(3)
Celulose e papel	0	0	78	435	455	1.216	19	-	-	-	-	-	-	-
Borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	2	7	5	8	61	4	19
Refino petróleo e combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	20	319	366	659	80	20	41	15	25	29	34	18	8	6
Mat. eletrônico e comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de metal	-	-	-	-	-	-	-	0	7	74	14	(81)	18	43
Calçados e couros	17	113	62	66	6	(13)	27	0	0	2	5	105	80	114
Prod. minerais não-metálicos	11	8	8	8	(5)	(1)	(4)	0	0	2	4	108	81	12
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	4	1	6	7	9	60	(15)
Móveis e ind. diversas	-	-	-	-	-	-	-	0	2	5	7	54	37	35
Têxteis	-	14	23	20	(13)	11	-	0	101	149	259	74	27	120
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	1.228	1.590	2.132	34	15	-
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	0	11	10	10	(3)	(3)	70
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais metálicos	28	99	106	297	180	32	17	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	2	33	10	10	(3)	(26)	45	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	0	1	3	7	92	51	38
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	1	2	17	18	6	67	13	6	10	22	12	(47)	4	8
<b>Total</b>	<b>175</b>	<b>1.004</b>	<b>1.785</b>	<b>2.962</b>	<b>66</b>	<b>31</b>	<b>24</b>	<b>159</b>	<b>1.726</b>	<b>2.689</b>	<b>3.383</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>35</b>

Fonte: Funcex

#### Maranhão - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	0	2	29	8	(71)	38	27	4	6	37	73	95	83	6
Veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	1	1	6	5	(23)	57	0
Outros equip. de transporte	-	-	-	-	-	-	-	1	62	61	49	(19)	(6)	74
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	8	6	74	70	(6)	82	(3)
Produtos químicos	11	18	1	9	513	(16)	7	28	127	210	236	12	17	21
Metalurgia básica	549	1.178	689	953	38	(5)	10	1	21	55	77	40	38	44
Máquinas e mat. elétricos	-	-	-	-	-	-	-	8	9	135	12	(91)	9	1
Celulose e papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Refino petróleo e combustíveis	-	2	5	2	(58)	3	-	217	1.449	1.338	3.217	140	22	27
Agropecuária	70	231	380	411	8	15	16	11	11	17	19	13	15	(1)
Mat. eletrônico e comunicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de metal	-	-	-	-	-	-	-	3	5	15	4	(70)	(5)	8
Calçados e couros	3	4	0	4	2.984	1	5	-	-	-	-	-	-	-
Prod. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	4	147	32	(2)
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	6	3	2	7	222	23	(8)
Móveis e ind. diversas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Têxteis	1	3	17	17	2	55	18	-	-	-	-	-	-	-
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. Petróleo	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	5	14	23	34	49	25	14
Extr. minerais metálicos	-	252	92	1.471	1.500	55	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	2	2	5	8	69	44	1
Produtos de madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	3	23	20	23	17	0	31	19	8	13	3	(78)	(22)	(11)
<b>Total</b>	<b>636</b>	<b>1.713</b>	<b>1.233</b>	<b>2.920</b>	<b>137</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>316</b>	<b>1.726</b>	<b>1.994</b>	<b>3.817</b>	<b>91</b>	<b>22</b>	<b>24</b>

Fonte: Funcex

#### Paraná - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	1.760	3.202	4.453	5.238	18	13	8	220	222	547	648	18	31	0
Veículos automotores	268	2.028	1.354	2.052	52	0	29	1.170	1.037	1.832	2.731	49	27	(2)
Outros equip. de transporte	29	103	57	96	66	(2)	17	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	171	542	467	659	41	5	16	577	576	1.031	1.711	66	31	(0)
Produtos químicos	65	250	344	415	21	13	18	491	1.016	1.621	2.043	26	19	10
Metalurgia básica	7	162	116	98	(16)	(12)	48	31	138	258	505	96	38	20
Máquinas e mat. elétricos	17	88	92	102	10	4	23	156	188	326	614	88	34	2
Celulose e papel	137	296	345	426	23	10	10	102	118	155	232	50	18	2
Borracha e plástico	-	-	-	-	-	-	-	99	202	336	550	64	28	9
Refino petróleo e combustíveis	5	232	293	299	2	7	60	97	116	130	570	339	49	2
Agropecuária	931	1.162	2.325	3.039	31	27	3	319	138	347	352	2	26	(10)
Mat. eletrônico e comunicação	18	117	92	102	11	(3)	26	140	304	553	740	34	25	10
Produtos de metal	26	82	82	90	10	3	15	70	135	217	357	64	27	9
Calçados e couros	79	112	100	191	90	14	5	4	7	69	103	50	95	7
Prod. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	25	37	82	136	66	38	5
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	104	133	199	249	25	17	3
Móveis e ind. diversas	27	115	100	130	30	3	20	20	42	68	105	55	26	10
Têxteis	59	125	116	147	27	4	10	-	-	-	-	-	-	-
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	48	119	355	410	15	36	12
Extr. Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	191	1.313	1.284	1.559	21	4	27
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	311	1.060	532	648	22	(12)	17	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	318	342	355	445	25	7	1	199	136	211	339	60	26	(5)
<b>Total</b>	<b>4.228</b>	<b>10.016</b>	<b>11.223</b>	<b>14.176</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>4.064</b>	<b>5.978</b>	<b>9.621</b>	<b>13.953</b>	<b>45</b>	<b>24</b>	<b>5</b>

Fonte: Funcex

#### Rio Grande do Sul - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	993	2.563	3.403	3.852	13	11	13	400	135	184	209	14	12	(13)
Veículos automotores	327	748	579	874	51	4	11	698	833	1.885	2.652	41	34	2
Outros equip. de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	412	1.001	1.057	1.319	25	7	12	643	511	873	1.100	26	21	(3)
Produtos químicos	464	1.417	1.436	1.831	28	7	15	609	1.193	1.509	1.924	28	13	9
Metalurgia básica	34	58	44	78	78	8	7	107	159	174	337	94	21	5
Máquinas e mat. elétricos	69	198	214	211	(1)	2	14	70	83	93	163	74	18	2
Celulose e papel	93	158	135	201	48	6	7	87	84	100	105	6	6	(0)
Borracha e plástico	66	180	226	282	25	12	13	105	228	226	389	73	14	10
Refino petróleo e combustíveis	2	253	660	374	(43)	10	84	314	1.034	820	2.248	174	21	16
Agropecuária	1.093	2.009	4.195	3.803	(9)	17	8	402	152	298	373	25	25	(11)
Mat. eletrônico e comunicação	-	-	-	-	-	-	-	39	149	65	93	43	(11)	18
Produtos de metal	141	221	237	301	27	8	6	77	73	98	160	63	22	(1)
Calçados e couros	1.458	1.858	1.176	1.317	12	(8)	3	141	110	53	76	46	(9)	(3)
Prod. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	27	28	44	70	58	26	0
Equip. médicos e de precisão	-	-	-	-	-	-	-	94	90	125	164	31	16	(1)
Móveis e ind. diversas	140	353	286	297	4	(4)	12	-	-	-	-	-	-	-
Têxteis	36	89	105	122	16	8	12	100	66	97	131	35	19	(5)
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	270	2.661	2.643	2.844	8	2	33
Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	69	162	111	110	(1)	(9)	11	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	232	533	1.373	413	(70)	(6)	11	145	361	187	241	29	(10)	12
<b>Total</b>	<b>5.628</b>	<b>11.802</b>	<b>15.236</b>	<b>15.382</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>4.330</b>	<b>7.949</b>	<b>9.471</b>	<b>13.280</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>8</b>

Fonte: Funcex

#### Santa Catarina - Principais Setores exportadores/importadores

Setores	Exportação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)			Importação (US\$ milhões)				Tx. Cresc. Ao ano (%)		
	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998	1998	2006	2009	2010	2010/2009	2010/2006	2006/1998
Alimentos e bebidas	755	1.519	2.396	2.811	17	17	9	141	301	569	647	14	21	10
Veículos automotores	143	417	218	385	76	(2)	14	-	-	-	-	-	-	-
Outros equip. de transporte	-	-	-	-	-	-	-	1	7	67	138	107	110	38
Máquinas e equipamentos	387	763	763	861	13	3	9	267	417	847	1.396	65	35	6
Produtos químicos	15	76	100	104	4	8	23	197	901	1.565	2.272	45	26	21
Metalurgia básica	34	71	85	177	108	26	9	40	588	1.229	3.019	146	51	40
Máquinas e mat. elétricos	143	510	577	647	12	6	17	65	99	208	378	82	40	5
Celulose e papel	82	201	157	182	16	(2)	12	14	38	78	101	30	27	13
Borracha e plástico	17	51	56	70	25	8	15	42	243	419	693	66	30	25
Refino petróleo e combustíveis	-	-	-	-	-	-	-	4	23	61	102	68	45	25
Agropecuária	143	557	961	1.062	10	18	18	156	169	241	255	6	11	1
Mat. eletrônico e comunicação	-	-	-	-	-	-	-	19	165	385	525	36	34	31
Produtos de metal	27	61	67	81	21	7	11	14	72	101	164	61	23	23
Calçados e couros	27	50	39	56	46	3	8	-	-	-	-	-	-	-
Prod. minerais não-metálicos	142	261	135	143	6	(14)	8	21	27	74	157	111	55	3
Equip. médicos e de precisão	12	50	47	66	40	7	20	32	69	208	285	37	43	10
Móveis e ind. diversas	170	385	259	271	4	(8)	11	12	25	107	142	32	54	10
Têxteis	184	226	132	143	8	(11)	3	162	171	563	860	53	50	1
Máq. escritório e informática	-	-	-	-	-	-	-	5	45	232	288	24	59	33
Extr. Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vestuário	86	102	50	57	14	(14)	2	11	42	148	264	78	58	18
Extr. carvão mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extr. minerais não-metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos de madeira	224	647	350	410	17	(11)	14	-	-	-	-	-	-	-
Sivicultura e expl. Florestal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesca e aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Setores	9	34	34	57	66	14	18	70	65	182	287	58	45	(1)
<b>Total</b>	<b>2.602</b>	<b>5.982</b>	<b>6.428</b>	<b>7.582</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>1.272</b>	<b>3.469</b>	<b>7.283</b>	<b>11.974</b>	<b>64</b>	<b>36</b>	<b>13</b>

Fonte: Funcex



1. Em sua grande maioria, as importações são complementares à produção nacional; nossas importações estão concentradas em insumos intermediários e bens de capital, sendo em grande medida o sangue necessário para mover a atividade econômica e os investimentos do País; portanto, o crescimento das importações acompanha a recente recuperação do crescimento do PIB
2. O aumento de importações em período recente também é fortemente influenciado pela continuada valorização da taxa de câmbio
3. Apesar da abertura iniciada em 1991, o grau de abertura do Brasil ainda figura entre os menores do mundo
4. A recente queda do saldo comercial deve-se mais à queda no ritmo de crescimento das exportações, do que ao aumento das importações; e a situação só não é pior porque houve, no período, substancial elevação de preços de commodities que compõem nossa pauta exportadora

### *Incentivos e Desenvolvimento Regional*

1. O arcabouço tributário federativo em vigor é Centralizador, herdado do período autoritário (Lei Complementar 24/1975 e unanimidade no CONFAZ)
2. A política de Desenvolvimento Regional centrada no governo federal produziu resultados modestos em termos de redução das disparidades regionais
3. A crise fiscal e a integração competitiva mundial inviabilizou o arcabouço de políticas regionais de programas e incentivos (federais)
4. A ausência de uma política de desenvolvimento regional deixou Estados (e Municípios) abandonados em um quadro de profundas desigualdades regionais
5. A competição fiscal aparece como única alternativa de instrumento autônomo nas mãos dos Governadores no sentido de atrair investimentos e promover o desenvolvimento – um pleito legítimo no sentido de alterar o quadro de desigualdades regionais
6. A principal crítica (elaborada basicamente na década de 70) à política de incentivos estaduais não encontra eco na realidade atual, principalmente após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal: não houve, nos Estados que concederam benefícios, queda de arrecadação de ICMS em relação ao PIB, ao contrário, houve continuado crescimento

1. O Sistema Tributário Brasileiro está superado pelo tempo e necessita de fato de uma verdadeira Reforma
2. A “Guerra Fiscal” (na verdade, Competição Fiscal, na literatura mundial) em torno de incentivos de ICMS não é o principal problema estrutural do Sistema atual
3. Os principais problemas do Sistema Tributário em vigor são
  - Alta carga tributária
  - Baixo grau de progressividade
  - Tributação do emprego, da produção e do investimento; multitributação do mesmo fato gerador
  - Grau excessivo de vinculação das receitas; concentração em contribuições
  - Tributação em cascata e práticas deletérias, como tributo sobre tributo, cálculo “por dentro” etc
4. Literatura mais recente recomenda um modelo equilibrado, entre os dois extremos: Centralizador e Competição Fiscal, acrescido de um Código de Conduta (no nosso caso, já é a Lei de Responsabilidade Fiscal)
5. A proibição de incentivos concedidos por Estados solapa as bases do Pacto Federativo e é inconsistente com a autonomia conferida a Estados pela Constituição
6. Não se confirmam na prática as principais críticas à Competição Fiscal e que embasam o modelo centralizador do ICMS

1. O aumento das importações pode ser totalmente explicado pelas evoluções do PIB e da taxa de câmbio real – é diminuta a contribuição das reduções de alíquotas de ICMS nas importações para o aumento das importações; em consequência, não há efeito significativo sobre emprego, produção e renda *agregados* para o Brasil
2. O instrumento adequado para a proteção da produção nacional é o Imposto de Importação, que, por sinal, é relativamente alto no Brasil, apesar das recentes reduções
3. A redução de alíquotas de ICMS sobre importações é um movimento consistente com a busca do aumento de competitividade e está alinhado com as propostas de redução das alíquotas interestaduais integrantes de todas as propostas de reforma tributária apresentadas até agora
4. A proposta de redução a zero das alíquotas sobre importações carrega potencial de turbulência, pois corresponde a mudar o regime da origem para o destino somente para alguns produtos, além de anular parte substancial da receita dos municípios; risco elevado, se promovida for a do contexto de uma Reforma Tributária

## Referências Bibliográficas

ABIMAQ, Impacto do Custo Brasil e do Câmbio na Indústria Brasileira 2004/2010, apresentação de M. Bernardini na FIESP em 14.02.2011.

Castilho, M., Ruiz, A U, Melo, M. Evolução da proteção efetiva no Brasil, 2000/2005, mimeo.

Confederação Nacional da Indústria/CNI, Avaliação da Estrutura Tarifária Brasileira, Nota Técnica no. 8, Out/2005.

Lima, L. R., Notini, H.H., Gomes, F. A. R., Empirical Evidence on Convergence among Brazilian States, Revista Brasileira de Economia, vol. 64, no. 2, Abr-Jun/2010.

Folha de S.Paulo, Dilma vai conter concessão de benefício fiscal em porto, pp B1 e B3, edição de 13 de março de 2011.

Folha de S. Paulo, Guerra dos portos levou 771 mil empregos, afirma FIESP, p B3, edição de 14 de março, de 2011.

Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, Cadernos Fórum Fiscal no. 2, Competição Fiscal, dez/2006.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/FIESP, Custos Econômicos e Sociais da Guerra Fiscal do ICMS na Importação, Departamento de Competitividade e Tecnologia/DECOMTEC, Março 2011.

Ferreira, S. G., Varsano, R., Afonso, J. R., Inter-jurisdictional fiscal competition: a review of the literature and policy recommendations, Rev. Econ. Pol., vol 25, no. 3, July/Sep 2005.

Fox, W. F., Dowell, P, Competition Between Decentralized Governments: Does it Matter, Does it Help?, Forum of Federations

Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior/FUNCEX, Coeficientes de Exportação e de Penetração das Importações da Indústria Brasileira, mimeo, fev/2011.

Nascimento, S. P., Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns Estados participantes, Economia Aplicada, vol. 12, no. 4, Oct/Dec 2008.

Oates, W. E. Fiscal Competition or Harmonization? Some Reflections, National Tax Journal, Sep 2001.

Ogawa, H., Fiscal Competition among Regional Governments – Tax and Expenditure Competition, and Externalities, Japan Public Policy Review, v. 6, no. 1, Feb 2010.

Pereira, G. L. M., Bassoli, M. K., Concorrência tributária desleal: guerra fiscal entre os Entes da Federação, [www.uel.br/revistas/direitopub](http://www.uel.br/revistas/direitopub)

Shah, A. Rethinking Fiscal Federalism, Forum of Federations, vol. 6, no. 1, Feb/Mar 2007.

Tanzi, V., Fiscal Federalism and Decentralization: A Review of Some Efficiency and Macroeconomic Aspects, Annual World Bank Conference on Development Economics 1995.

Tiebout, C., A Pure Theory of Local Expenditures, Journal of Political Economy, vol 64: 416-24; 1956.

Vasconcelos, J. R., Matriz de Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil – 1998, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Texto para Discussão no. 783, Mar/2001.

Varsano, R., A Guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. IPEA, Planejamento e Políticas Públicas, no. 15, Jun 1997.

Valor Econômico, Novos Governadores dão seqüência à guerra fiscal, pp A1 e A2, 25 de março de 2011.

### **Legislação e Outros**

Brasil, Constituição Federal de 1988, versão 2010 (com emendas)

Brasil, Lei Complementar no. 24, de 1975

Brasil, Lei Complementar no. 101, de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Brasil, Senado Federal, Projeto de Resolução do Senado 72, de 2010, do Sem. Romero Jucá

CNI, Ação Direta de Inconstitucionalidade 4479 contra o Estado de Santa Catarina, STF, Outubro 2010

CNI, Ação Direta de Inconstitucionalidade 4481 contra o Estado do Paraná, STF, Outubro 2010

Estado do Paraná, Lei estadual no. 14.985, de 2006

Estado de Santa Catarina, Lei estadual no. 13.992, de 2007

**OBRIGADO**

[ra@rosenberg.com.br](mailto:ra@rosenberg.com.br)

[www.rosenberg.com.br](http://www.rosenberg.com.br)